



Histórias da VISA Real

Histórias da VISA Real

Volume I

A Imagem da VISA e do Risco

**Daniella Guimarães de Araújo
Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Marilene Barros de Melo**
(Organizadores)

**BELO HORIZONTE
ANVISA
ESP-MG
NESCON-UFMG
2010**

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA - ANVISA**

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde
José Gomes Temporão

Diretor Presidente da Anvisa
Dirceu Raposo de Mello

Diretores
Maria Cecília Martins Brito
José Agenor Álvares da Silva
Dirceu Brás Aparecido Barbano

Núcleo de Educação, Pesquisa e
Conhecimento – NEPEC
Daniella Guimarães de Araújo – Chefe do
NEPEC

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - ESP/MG**

Diretora-Geral da ESP - MG
**Tammy Angelina Mendonça Claret
Monteiro**

Superintendente de Educação
Thiago Augusto Campos Horta

Superintendente de Pesquisa
Marilene Barros de Melo

Superintendente de Planejamento, Gestão
e Finanças
Tania Mara Borges Boaventura

Assessora de Comunicação Social
Fabiane Martins Rocha

Assessor Jurídico
Audrey Silveira Batista

Auditores Gerais
Nina de Melo Dável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS - UFMG**

Reitor
Clelio Campolina Diniz

Vice-Reitora
Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitor de Extensão
João Antônio de Paula

Faculdade de Medicina da UFMG

Diretor
Francisco José Penna

Vice-Diretor
Tarcizo Afonso Nunes

**Núcleo de Educação em Saúde Coletiva
(Nescon) da Faculdade de Medicina da
UFMG**

Coordenador em exercício
Edison José Correa

Assessora de Comunicação Social
Zirlene Lemos

**Centro Colaborador em Vigilância
Sanitária - Cecovisa/Nescon - UFMG**

Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Lídia Maria Tonon
Maria da Consolação Magalhães Cunha

Série Histórias da VISA Real

Organizadores

Daniella Guimarães de Araújo (Anvisa)

Gustavo Azeredo Furquim Werneck

(Nescon)

Marilene Barros de Melo (ESP-MG)

Equipe Técnica

Projeto Gráfico

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Diagramação

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Leonardo Victor Lucas Santos (ESP-MG)

Ilustração

Adriana Drummond

Vídeos e fotografias

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Criação Multimídia

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Produção Editorial

Zirlene Lemos (Nescon)

Bibliotecária

Carla Adriani Oliveira (ESP-MG)

Revisão

Alessandra Patrícia de Souza Santos

(ESP-MG)

Colaboradoras

Fabiane Martins Rocha (ESP-MG)

© 2010, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG), Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina/UFMG (Nescon)

A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida desde que seja citada a fonte e a finalidade não seja comercial. Os créditos deverão ser atribuídos aos respectivos autores.

Histórias da VISA Real / Daniella Guimarães de Araújo, Gustavo Azeredo Furquim Werneck, Marilene Barros de Melo (organizadores). -- Belo Horizonte : Anvisa, ESP-MG, Nescon/UFMG, 2010. e-book ; 90 p. ; v. 1 + vídeo de 30 s

Conteúdo: v. 1. A imagem que se tem da VISA e do risco.

ISBN : 978-85-60914-04-3

1. Vigilância sanitária. 2. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, rotinas de inspeção. 3. Anvisa, rotinas de inspeção. I. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. IV. Título.

NLM WA 672

Sumário

Apresentação	8	Creche Ilusão	24
Daniella Guimarães de Araújo		Vicente Teodoro da Silva	
Prefácio	10	Uma alça de caixão pode provocar uma revolução	26;
Maria Cecília Martins Brito		Regina Câmara Santana; Lillia Márcia de Almeida	
A chuva, a pizza e o dentista	13	Estamos em obra	27
Eduardo Bezerra Espínola		Ronilson Pereira; Ronildo Alves; Juliany Marques; Antônio Cláudio	
Café com pó de vidro ou adubo de café	14	Este é o controle de pragas	28
Rosélia Maria Ferreira de Souza		Maria Aparecida Ferreira Froza	
Chapéu nao, boné	16	Herrar e umano! mas permanecer no erro...	29
Aloísio de Souza Sabença		Eduardo Bezerra Espínola	
Ahhhhh, mas é claro que lavo as mãos	18	Lavar banheiro todo dia	30
Antoinette Gemus de Almeida Manso		Hálisson Carpedyane Pereira dos Reis	
Acredite, se quiser	19	Medicamento e que faz mal	31
Dalva Lúcia Silva Cardoso de Moura		Maria de Lourdes do N. V. Barbosa; Carla Aparecida Marques	
Coliformes ou clorofórmio	21	O calor das baratas	32
Betânia Diniz Volpi		Hálisson Carpedyane Pereira dos Reis	
A denúncia da galinha	22	O dia em que a VISA almocou com Bonnie e Clyde	33
Susete Lobo Saar de Almeida		Álvaro Luiz Saboia Antunes	
Cachorrada	23		
Silvio Orlon Chaves			

O pozinho milagroso	36	Aconteceu Comigo	51
Margareth Maçae Yada Langui; Cintia Kuwahara Ynoue Nishizawa		Fabiana Ferreira de Almeida	
Ô pinga boa!	38	A VISA no Acre	52
Rony Henrique Leite		Dionísio Ximenes	
O rato	39;	Codigo sanitário ou gabinete dentário	53
Aloisio de Souza Sabença		Aloísio de Souza Sabença	
Documentos on cérebro	40	Escondidinho	54
Maria José Raimundo Drummond		Maria Natália da Conceição Silva	
Controle Ambiental	42	Eu quero é reclamar	55
Rogério de Souza Silva		Simone César Cecílio Abreu	
Companhias de céus e abismos	44	Eu sou pobre	56
Daniella Guimarães de Araújo		Marina Freitas Vilaça	
Na hora do desespero	46	Fechado por luto	58
Márcia Cristina Sala Dias		Fabrcio Zerves	
Para quem trabalha na VISA, meu senhor?	47	Feira livre é uma pedreira	59
Rosélia Maria Ferreira de Sousa		Aloisio de Souza Sabença	
O fiscal é um terror	49	Fiscal de banheiro	60
Marilene Martins Bicalho		Vitória Menezes	
Cachorros do governo	50	Fiscalização Federal	62
Rosélia Maria Ferreira de Souza		Maria Alice de Almeida	

Garrafas Coloridas	63	Piti na farmácia	77
Cássio Henrique de Oliveira		Tereza Cristina Dias Paiva	
História da VISA Real	65	Presente de Grego	78
Margarete Vognach Cantu		Margot Schmidt	
Irregularidades na VISA	68	Refletindo sobre os desafios da descentralização em VISA	79
Marcia Vieira Teixeira		Lilyan Cristina Rocha Michaloski	
Mas eu só tenho um	69	Saudades das aulas de ciências	80
Simone César Cecílio Abreu		Maria Alice de Almeida	
Mocréia	70	Se tiver problemas com a chuva também chame a VISA	81
Simone César Cecílio Abreu		Eduardo Bezerra Espínola	
Na exposição	71	Sistema Abre Fácil	82
Marcela Chaves Pereira da Silva		Magno Antonio Baldim	
Na tocaia	72	Porcos, paixões, mocinhas e vilões	83
Carlos Henrique de Oliveira		Júlio Rodrigues Garcia	
Numa fria	74	Um dia na pequena cidade	85
Amanda Campos Feitosa		Jane Nogueira Spadim	
O apelido	75	O galo do vizinho	87
Ronilson Pereira; Ronildo Alves; Juliany Marques; Antonio Cláudio		Magno Antonio Baldim	
O pulo do gato	76	Cidade deserta	89
Rosangela de Oliveira		José Juliano Espínola	

Apresentação



Um seminário na Bahia aborda o diálogo entre diversos sujeitos institucionais. No Piauí é a visão da cólera espalhada que torna perplexos os trabalhadores. Em Minas a equipe de vigilantes se reúne para contar histórias e pensar sobre elas, alguém sonha com um outro abrigo para meninas e com uma creche que não seja ilusão. No Rio Grande do Sul é na igreja durante o sermão do padre que a Vigilância Sanitária aproveita para debater a febre aftosa enquanto em outras bandas, um técnico almoça com *Bonnie & Clyde*. É de Natal a memória de um doce chamado *alfinim*, a força de muitos para descobrir enfim *metamidofós* na rapadura contaminada, que é doce mas não é mole não. No Rio, uma técnica se esconde de uma foice, um outro descreve a metáfora das burocracias e das baratas. Em Goiás é a interdição sob ameaças de uma indústria clandestina. De São Paulo, a denúncia sobre os urubus e o *pó mágico da dolomita* que curava tudo. Do Paraná uma possível *cabala radioativa*, energia do bem. Santa Catarina educa sobre os cuidados com os rios, do Distrito Federal vem o caso do pneu furado do avião que não chega a tempo. De Pernambuco a máquina que prometia curar.

Estas são **Histórias da VISA Real**, vindas de diversas regiões deste largo país que abriga diferentes feições e diferentes feitos. Histórias narradas por trabalhadores da Vigilância Sanitária que em seu ofício em defesa da vida mostram o que são e sonham, o que fazem para desfazer os riscos, que crenças e valores trazem

na mente, que força de luta sustentam. Para contornar as réplicas e os particularismos, as diferentes visões de saúde e mundo que suportam no dia a dia. Difíceis trajetos e projetos.

Estes seres, narradores expressivos, agora nos permitem este diálogo em perspectiva onde as vozes se misturam e outros textos serão produzidos, a partir da leitura dos contextos, onde cada palavra não é apenas palavra, mas um misto de significados coletivamente construídos.

Agradecemos a estes trabalhadores que no entremeio das ações diárias e complexas, abriram um parênteses para elaborar uma narrativa, contar uma história acontecida e compor este registro que nos surpreendeu pelo resultado: em setenta dias, apenas com divulgação eletrônica, recebemos 189 histórias.

Histórias da VISA Real nos oferece a oportunidade de refletir sobre as vozes destes trabalhadores/autores, sobre as vivências escolhidas e sobre a perspectiva de novas tecnologias em pesquisa. A oportunidade de registrar a memória dos caminhos e cuidados em Vigilância Sanitária por meio da palavra escrita de quem é intenção e gesto. Inteligência desdobrada em atitude. Virtude que não emudece.



Surpreendeu-nos a riqueza do conteúdo enviado, a pertinência das histórias, a aceitabilidade de um projeto incomum. E principalmente o desejo revelado por muitos colegas de participar e de alguma forma, acompanhar este percurso.

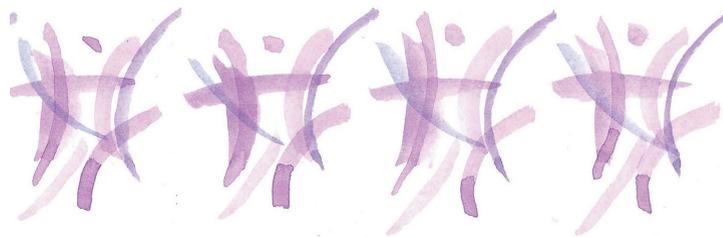
Esperamos que o aprendizado de seus significados nos faça mais atentos às subjetividades e ao empoderamento dos trabalhadores na defesa do tema da Vigilância Sanitária no SUS. Mais aptos a minimizar os riscos à saúde. Mais capazes de entender as representações sobre a VISA entre os nossos cidadãos. Talvez assim se diminuam as réplicas e nenhum proprietário use mais a peixeira ou a foice. Nenhum juiz compareça à inspeção sanitária por ser irmão do dono da Farmácia autuada. Nenhum secretário de saúde autorize o funcionamento de bancos de sangue em condições adversas. Talvez assim não seja preciso ligar para a VISA para denunciar o canto do galo e a briga do vizinho. E a técnica não precise andar a pé pelo centro da cidade no sol de 40 graus levando amostras coletadas para o laboratório central. Talvez se apodere mais de instrumentos participativos, do diálogo como o “*pó mágico*” e não haja buracos na porta de entrada. Talvez a vigilância que se faz a favor da vida prevaleça sobre os ditames do mercado.

Sabemos que cada uma dessas narrativas - situadas na

complexidade e na liquidez deste cenário contemporâneo - conformam o tecido de uma narrativa maior que é a da própria Vigilância Sanitária enquanto nossa melhor utopia.

Daniella Guimarães de Araújo

Chefe do NEPEC - Anvisa



Prefácio

A Vigilância Sanitária - VISA faz a defesa da saúde, realizando ações no âmbito das práticas de saúde coletiva, assentadas no conhecimento técnico-científico e em bases jurídicas. Tem a finalidade de impedir que a população seja exposta a riscos, combatendo ou minizando as causas dos efeitos nocivos que possam ser gerados na produção e na circulação de bens, ou na prestação de serviços de interesse à saúde. É a parcela do poder de polícia do Estado incumbida de assegurar o bem estar geral, regulando as ações de saúde, impedindo o exercício anti-social dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade, compatibilizando os direitos individuais com o bem estar social.

A sua história é a história do Brasil, onde se destaca a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, que marcou o início da implantação do controle sanitário do porto, seguida da criação da Inspeção de Saúde Pública, com o objetivo de efetuar o controle sanitário dos produtos e dos estabelecimentos, combater a propagação de doenças, principalmente as epidêmicas, resolver questões de saneamento e fiscalizar o exercício profissional na área da saúde. Desde então profissionais, dotados do poder discricionário enquanto agentes públicos integram uma rede de proteção e promoção da saúde, desenvolvendo com ética, compromisso e responsabilidade, ações de orientação e prevenção na área de VISA.

A estes agentes cabe a incumbência de exercer a VISA, atuando na verificação da adequação aos regulamentos sanitários



pelos estabelecimentos, produtos e serviços sujeitos a VISA, determinando a necessidade de correção de irregularidades e adoção de providências saneadoras, educativas ou repressivas para o resguardo da saúde coletiva como: apreensão, interdição e destinação de produtos impróprios ao consumo, interdição de estabelecimentos, monitoramento de produtos, dentre outras.

A complexidade da VISA demanda a articulação de um amplo conjunto de conhecimentos. Estes saberes e modos de fazer de VISA, com as diversidades, dificuldades e enfrentamentos inerentes são diuturnamente demandados aos trabalhadores da área, na sua rotina profissional. O universo de profissionais trabalhadores de Vigilância Sanitária foi descrito no Censo de VISA/2004, onde mais de trinta mil trabalhadores foram identificados e estão distribuídos nas três esferas de governo e em todos os estados da federação.

Neste sentido o Centro Colaborador em Vigilância Sanitária do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais – CECOVisA/NESCON/UFMG em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP/MG oferece as **Histórias da VISA Real**, oportunizando a troca de experiências acerca do trabalho de VISA, dando voz aos que atuam na área através de narrativas de profissionais de diversas regiões do país. A arte de contar histórias, objeto deste estudo, se apresenta como uma forma de disseminação do conhecimento, participando do vasto campo de educação e pesquisa em VISA. Este rico processo contribuirá na harmonização da gestão do trabalho em VISA, na tomada de decisões e definições de políticas e planejamento, e na construção da memória da vigilância sanitária.

Maria Cecília Martins Brito
Diretora da ANVISA



*A Imagem que se
tem do RISCO*



A chuva, a pizza e o dentista

Eduardo Bezerra Espínola
São Paulo



Sou defensor da promoção e proteção à saúde coletiva, trabalho na famigerada Vigilância Sanitária, que a meu ver deveria se chamar Inteligência Sanitária, ou seja, planejar mais e “apagar incêndio” menos.

Geralmente, aparecemos na mídia quando ocorrem os grandes escândalos de saúde, tais como: mortes de crianças em maternidade, cegueira em pacientes de clínica oftalmológica, etc.

Ressaltando a importância da atividade de eliminação e prevenção de riscos, agora me lembro do caso acontecido no inverno de 2002, um período chuvoso e congelante, como sempre ocorre aqui no Sudeste, ainda mais para mim, que nasci no Nordeste brasileiro. Com aquele vento geladíssimo que transpassava a minha pele e abraçava meus ossos, saí para fiscalização de rotina em um consultório odontológico. Cheguei ao local, me identifiquei para a recepcionista, a qual entrou em contato com o dentista, e logo após comecei a fiscalização, verificando as condições de higiene e estrutura do local, até que comecei a sentir aquele aroma formidável no ar... o que achei um pouco estranho, pois até o momento não tinha visto copa ou cozinha naquele local. Fui seguindo aquele odor maravilhoso, quando fiquei frente a frente com a estufa, que é uma espécie de “forno profissional” destinado a esterilizar os instrumentos de trabalho do dentista, a saber: broca (o famoso “motorzinho”), alicate, pinças, espátulas, serras, etc.

Dentro dessa estufa encontrei uma bela de uma calabresa. Não! Não, meu amigo! Não se tratava de um instrumento importado da Itália! Era mesmo uma pizza!!!

– “Uma pizza!?” - perguntei espantado.

O dentista respondeu: – “Ué, não pode?”

Fiquei mudo de espanto. Ao mesmo tempo tentava não imaginar que aquele alimento saboroso estava no mesmo local que antes fora destinado a esterilizar aqueles instrumentos que tinham entrado em contato com uma gengiva sangrenta.

Solicitei gentilmente que abrisse a outra estufa.

– “É melhor não abrir!” – veio a resposta de imediato.

E eu, ainda inocente, afirmei: – “Dê-me um bom motivo!”

– “É melhor não abrir” - repetiu...

E vendo que não tinha mais chances de esconder aquela prova, disparou: – “É... é que está secando meu tênis...chove muito nesta cidade, não?”

Nada respondi. Saquei imediatamente minha caneta do bolso e apliquei-lhe um Auto de Infração e interditei o local até que as condições de esterilização fossem corrigidas.

Acho que o dentista segue bem aquele lema: “o que não mata, engorda”! E eu sigo outro: “melhor prevenir do que remediar”!



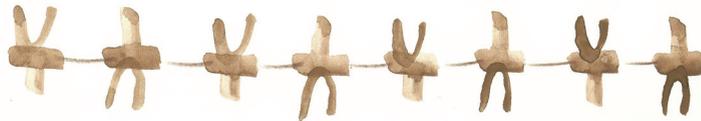
Café com pó de vidro ou adubo de café

Rosélia Maria Ferreira de Souza
Minas Gerais

Quando cheguei à Vigilância Sanitária, no final dos anos 90, tínhamos, na jurisdição da GRS/Diamantina, apenas quatro empresas de alimentos cadastradas, todas torrefadoras de café, microempresas em fase de regularização.

Tendo pernoitado num município próximo da fazenda onde se localizava uma das torrefadoras a serem inspecionadas, rumei logo cedo para o local, após tomar o café da manhã.

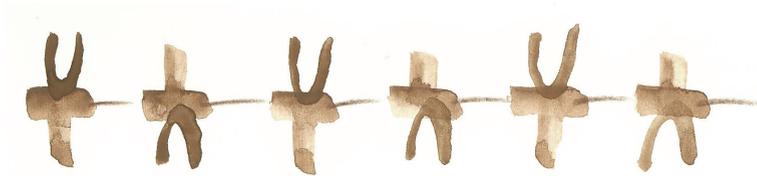
Enquanto verificava o cumprimento de exigências feitas à empresa em inspeção anterior, chegou ao local a mãe do proprietário, que passava uma temporada com o filho. Acabado o trabalho, ao me despedir, fui convidada pela distinta senhora a tomar um café na casa da fazenda, localizada próxima do galpão da empresa. Vacilando entre questões éticas e a grosseria, acabei por aceitar o convite, que recebi como uma delicadeza. Ao chegar à mesa, encontrei outras pessoas da família tomando o café da manhã. Pouco depois de me servir, a senhora, tentando ser educada, começou a falar do meu trabalho. Disse que entendia o fato de eu ter que cumprir minha obrigação, mas que não via sentido algum em muitas das exigências feitas à empresa. Afinal - disse - já havíamos constatado que se tratava de uma empresa séria, de pessoas idôneas, que produziam um café puro e de qualidade, sem adubações, etc., etc., etc. Apesar da aparente delicadeza, foi impossível evitar, naquelas circunstâncias, certa tensão. Já me sentia



como que caída numa bela arapuca! Como sempre buscava fazer, tentei argumentar da importância das ações da VISA na proteção da saúde coletiva, apontei produtos que estavam na mesa e que também eram passíveis de controle sanitário e, portanto, significava proteção àquela família, em particular. Mas a senhora insistia na nossa relação com a empresa do filho. Então, foi aí que surgiu uma boa oportunidade de argumentação, quando a mesma disse, meio desdenhosamente:

– “Pois é, mas têm umas coisas que parecem até piada. Por exemplo, pra quê exigir proteção das lâmpadas? Que importância isso pode ter na qualidade do café?”

Confesso que naquele momento senti certo prazer; era a vez de tentar virar um pouco o jogo, onde ali minha equipe era do “eu sozinha”, visto que nossos motoristas, parceiros de toda hora não costumam interferir em nossas conversas com os prestadores. Eu havia percebido que uma das lâmpadas localizava-se muito próxima do recipiente que levava o café cru em grãos para a torrefadora (espécie de grande funil, cujo nome me escapa, no momento). Comecei a fazer algumas perguntas à senhora: – “Quantas sacas de café são colocadas, por vez, naquele recipiente? Qual a distância aproximada entre a lâmpada e o local?” Ela se lembrou se aquele funil era fechado? Ela então me respondeu, com a ajuda do filho: eram quatro sacas de 60 quilos; a lâmpada ficava a mais



ou menos 1,5 m; o funil não é fechado.

Continuei dizendo que, mesmo não sendo corriqueiro, acontece algumas vezes de lâmpadas estourarem. Se ocorresse um fato destes sobre o café a ser torrado, qual seria a atitude da empresa? Continuaria a torrar o café e comercializaria o mesmo com cacos de vidro moídos? Assumiria os riscos e as consequências dessa atitude? Esvaziaria e tentaria separar os cacos de vidro do café? Jogaria no lixo 240 quilos de grãos, assumindo os prejuízos? Após algum silêncio, a conclusão a que chegou foi de que, neste caso, o menor dos problemas seria a empresa assumir o prejuízo pelo descarte dos 240 quilos de café em grãos, que poderiam servir, no máximo, para adubo.

Mais relaxada, saboreando certo gostinho de vitória e tendo dado um afago na minha – assumida – vaidade pela virada do jogo, saí dali deixando uma senhora antes hostil com uma expressão mais amável e com mais disposição para apoiar as mudanças exigidas pela VISA. Foi a primeira empresa registrada no Ministério da Saúde após minha chegada ao setor.

Vaidades à parte, o certo é que desde cedo compreendi a necessidade de desempenhar nossas ações, em uma área ainda tão incompreendida como a VISA, buscando desenvolver habilidades e estratégias de persuasão e convencimento.

Chapéu não, boné

Aloísio de Souza Sabença
Rio de Janeiro



Em meados de 2000 começamos a receber denúncias de comércio irregular de suínos provenientes de abate clandestino em via pública nos finais de semana em alguns pontos da cidade de Volta Redonda-RJ, em logradouros com atividades comerciais grande.

O então coordenador de Vigilância Sanitária determinou que eu realizasse uma inspeção acompanhado de uma equipe da Guarda Municipal em cada ponto reclamado e determinou, ainda, que o produto encontrado fosse apreendido e inutilizado sumariamente.

Depois de várias idas e vindas, conseguimos apreender parte de um porco numa das vias principais do Bairro Retiro. Tivemos que ouvir os mais variados questionamentos por parte da população, entre eles: – “Aqui não pode!” Na feira livre, pode! Domingo vocês não trabalham!!!”.

Informei ao coordenador o questionamento dos consumidores, e mesmo sendo domingo dia das mães, fui escalado para comparecer à feira livre e adotar medidas cabíveis. Conforme determinado, cheguei à feira às sete horas da manhã. Percorri todas as barracas acompanhado da Guarda Municipal e nada encontrei. Retornei por diversas vezes nos vários pontos, e nada. A hora foi passando, e nada.

Percebi que havia uma kombi ao lado de uma barraca de verdura e dentro da mesma havia machadinha, cepo, balança, entre outros materiais suspeitos no caso. Mas cadê o porco?

Aproximadamente às 10 horas, o coordenador me ligou: – “E aí? Pegou o porco?” Respondi que não. – “Então dispensa a Guarda Municipal”. Tudo bem! Virei para os Agentes da Guarda e transmiti: – “O coordenador dispensou vocês. Muito obrigado pela ajuda!” O pessoal foi embora. Comprei meu jornal e dirigi-me ao veículo da Vigilância Sanitária. Novamente o coordenador me ligou: – “Você não verificou nada?” Respondi que havia visto um veículo com alguma coisa suspeita nele. Mas não tinha porco, não! – “Volta lá e dá uma dura no barraqueiro e pergunta a ele o porquê do material”.

Retornei ao interior da feira e no caminhar verifique sangue escorrido e respingado no chão. Saí em busca do porco. Olhei para um lado e para outro. Nada. Cheguei perto da kombi, final da triilha de sangue, e a bancada estava suja. Mas cadê o porco? Daqui a pouco veio um sujeito magricela, alto, com um boné enterrado na cabeça e uma banda de porco nas costas. Pare aí! – gritei. Ele saiu correndo para o meio da feira, jogou a carcaça na carroceria de uma caminhonete e levantou poeira! Não foi possível anotar nem a placa!



Passados alguns anos, eu estava numa festa. Havia várias pessoas sentadas à mesa. Com alguns gracejos surgiu a situação dos porcos. Olhei a fisionomia de um dos componentes da mesa e suspeitei do cara. Acho que de propósito o assunto chegou até mim. O coordenador, que também estava presente, falou: – “Olha! O cara do porco correu muito! O meu funcionário não anotou nem a placa do carro dele!” - riso geral! Eu estava achando graça e continuava suspeitando do indivíduo do lado. Foi aí que saí com essa: Olha! O engraçado mesmo foi o cara com aquele chapelão enorme, enfiado na cabeça correndo desesperado no meio da feira, com a carcaça de porco no ombro. Na mesma hora o suspeito gritou: – “Chapelão, não! BONÉ!!!!!!”

Ahhhhhh, mas é claro que lavo as mãos

Antoinette Gemus de Almeida Manso
Goiás

Em 2005, a VISA-GO realizou o diagnóstico das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) de uma cidade turística do estado de Goiás. Foram inspecionadas 16 UANs de alto padrão naquele município. Eu fiz parte da equipe desse projeto. Em um desses hotéis, após verificarmos as condições de armazenamento dos alimentos, antes e depois do preparo dos mesmos, o fluxo e setores, controle de qualidade dos alimentos recebidos, boas práticas de manipulação, cumprimento da legislação pertinente, entre outros, nos dirigimos até o setor de panificação.

Verificando que nessa área de panificação, e até que era bem grande, só existia uma cuba para higienização dos utensílios, solicitamos que o responsável pelo setor narrasse sua rotina de trabalho. Então, orgulhosamente, falou que saía de sua residência por volta de quatro horas e 30 minutos, pois deveria chegar ao hotel lá pelas cinco horas da manhã. Vestia seu uniforme, pegava sua bicicleta e vinha pelas ruas da cidade até chegar ao local (hotel), guardava sua bicicleta e imediatamente começava a amassar os biscoitos.

Como ele não citou a higienização das mãos antes do preparo dos alimentos e observando a inexistência de pias exclusivas para higienizar as mãos, perguntei:

– O senhor lava suas mãos?

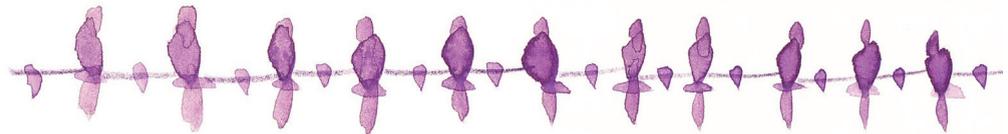
Prontamente respondeu-me:

- Ahhhhhh, mas é claro que lavo as mãos. Quando termino de fazer um tipo de biscoito eu lavo as mãos para amassar o outro tipo de biscoito, porque não pode misturar as farinhas (os ingredientes).

Obs.: durante esta narração, ele rodava naturalmente um bolo assado como um brinquedo de distração, sem higienizar as mãos e sem perceber que estava fazendo algo errado; e certamente mais tarde iria servir esse bolo para os hóspedes.

Moral da história: não conhece boas práticas de manipulação, pois apresenta sequência de não-conformidades. Sai de casa de uniforme e quando chega não realiza a higienização das mãos antes do preparo dos alimentos; e imaginem o restante do dia...

O responsável pelo estabelecimento foi intimado a providenciar instalação de pias exclusivas para higienização, munidas de sabão líquido, papel toalha e lixeiras com tampas, elaborar manual de boas práticas de manipulação, implantar programa de educação permanente e cumprir a legislação sanitária pertinente.

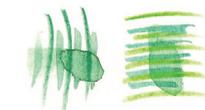


Acredite, se quiser

Dalva Lúcia Silva Cardoso de Moura
Rio Grande do Norte

A todos os colegas que se surpreendem até hoje.

Vivendo há aproximadamente quinze anos a rotina da Vigilância Sanitária, seria impossível a memória deixar de registrar boa quantidade de situações surpreendentes. Mesmo porque bem sabemos que a vida não se cansa de nos surpreender, como se isso fosse o combustível indispensável para alimentar nossa paixão pela existência humana.



Certa vez, por exemplo, após inspecionar uma clínica no oeste de meu estado, fui convidada para conhecer um espaço no interior daquele estabelecimento e me delicieei com uma pequena pracinha construída para “receber amigos”.

A explicação era a seguinte: como todos os amigos pessoais tinham enveredado por profissões que exigiam muita dedicação, seus proprietários perceberam que estava ficando cada vez mais difícil acontecerem os “encontros com a turma”... Preocupados, chegaram à conclusão de que se construíssem um ambiente agradável para receber exclusivamente os amigos ao cair da tarde, estariam preservando relacionamentos preciosos! Fui então convidada e recebida por um grupo de cerca de dez pessoas, acolhida com simpatia e com diversidade de assuntos.

Por alguns anos soube que esses encontros se repetiram ritualisticamente, até que seus proprietários foram viver em outro estado, mas parece que levaram consigo a arte de construir acolhedoras pracinhas, acolhedoras de amigos, no final de expedientes...

Em certo consultório odontológico, de expressivo bom gosto arquitetônico, pintado na cor verde água, e extremamente bem cuidado, vi-me diante de com uma coleção de biscuit de despertar a inveja de qualquer adolescente, na época em que esses pequenos objetos faziam total sucesso entre eles... Tudo impecavelmente higienizado como se ali um razoável tempo fosse dedicado àquela manutenção. Senti-me bem desconfortável falando sobre o risco de acúmulo de poeira, enquanto imaginava ver nos olhos da colega um desejo quase incontrolado de me esfregar todinha com álcool a 70° ou, pior ainda, me acondicionar em sua autoclave...

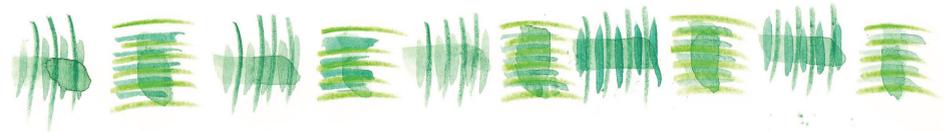
E por falar em coleção, uma realmente é inesquecível!!!! Uma de nossas queridas técnicas em Raios-X exibia extremamente orgulhosa, sobre um móvel na sala de exames, várias fotos de lindas crianças, filhos de pessoas amigas, emoldurados em portas retratos vários. Explicada a necessidade de que fossem retirados, eles foram recolhidos entre sentidas, porém silenciosas lágrimas e provavelmente repostos assim que a equipe da Vigilância Sanitária dobrou a primeira esquina... Lá pela terceira reincidência, diante da doce técnica que teimava em ignorar fatos como radiação secundária, levamos a situação à direção, que mesmo concordando com nossas orientações, não deixou também de contribuir com algumas lágrimas solidárias com a nossa afetiva técnica...

Claro que este tema ainda se estenderia por muitas páginas, se fosse o caso, depois das três histórias ocorridas no oeste potiguar. Vou contar agora um lá do Seridó e que se registre que todos aconteceram há uns bons dez anos...

Já havia ouvido falar de um excêntrico colega que parecia um protagonista de perfil psicológico muito bem elaborado, um homem de grande porte, tez avermelhada, olhos inquietos e pouquíssimas palavras... Adentrar em seu consultório foi algo que de imediato me transportou para cenários de um filme de terror, muito pouco ou nada faltando para isto.

Paredes encardidas, banhadas por um sol de quase meio-dia, que entrava por vidros quebrados de janelas muito danificadas... Teias de aranhas que se espalhavam por todos os cantos e recantos daquele consultório, se é que poderíamos chamá-lo assim... Tudo era absolutamente desorganizado e extremamente mal-higienizado... Nada deixava de lembrar o castelo de um estranho bruxo, nada!!! Inclusive, num velho fogão onde, para meu terror total, um desgastado caldeirão borbulhava cheio de instrumentais para exodontia... Desconfio que não consegui muito disfarçar o que estava sentindo naquele momento, mas pude colocar em palavras que não havia a mínima condição de que ele continuasse a trabalhar daquele jeito.

Até hoje não tenho certeza se ouvi uma voz rouca dizer:_ – “Então vou fechar!!!” - acho que foi real, pois nunca mais reencontrei aquele senhor que me causou o maior susto que vivi na minha trajetória de luta por uma saúde de qualidade para o povo brasileiro.



Coliformes ou clorofórmio

Betânia Diniz Volpi
Minas Gerais

No mês de agosto ocorreu um surto de toxi-infecção alimentar em um canteiro de obras de uma empresa localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais. Alguns dias após a notificação do surto, recebemos na VISA um trabalhador da referida empresa que procurou nosso serviço para fazer uma denúncia. O rapaz portava vários atestados e receitas médicas. Reclamou do surto, mas disse também que já estava passando mal com diarreia há quase um mês.

Durante a reunião com técnicos da VISA, o denunciante disse que pretendia processar a empresa responsável pela produção e distribuição das refeições e finalizou dizendo:

– “Vocês sabem por que aquela comida está causando problema? Eu já sei... O problema está naqueles ventiladores grandes do refeitório que ficam o tempo todo jogando os clorifórmios totais na refeição.”



A denúncia da galinha

Susete Lobo Saar de Almeida
Rio Grande do Sul

Uma senhora procurou a VISA para denunciar seu próprio marido por estar criando, abatendo e vendendo galinha “caipira” em comércio de bairros de um pequeno município. Esse município, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde, estava iniciando um trabalho de combate à venda de carne clandestina em uma época anterior à Lei 8080/90, quando ainda não estavam estruturadas as Vigilâncias Sanitárias e aplicavam-se as regulamentações presentes no Código Sanitário Estadual e no Código de Posturas do Município. Pois bem, a frazina senhora denunciou seu marido, não se sabe se preocupada com a qualidade sanitária daquele produto ao ser consumido ou por ciúmes, visto que antes de abater, no quintal de sua residência, seu marido costumava “transar” com as galinhas....



Cachorrada

Silvio Orlon Chaves
Amazonas

Dois fiscais saíram para atender a uma denúncia referente a muitos cães que latiam bastante em uma residência, incomodando a vizinhança.

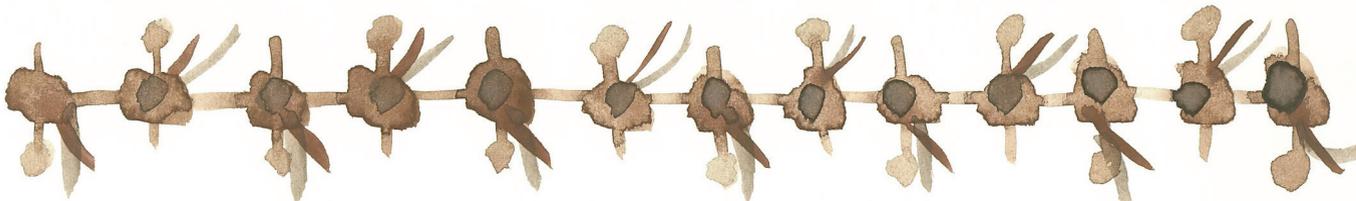
Ao chegarem ao local, constataram que morava uma senhora, dona CANIÓFILA, com 90 anos de idade, acompanhada por 40 cachorros. Os fiscais foram convidados a entrar e então começaram a conversar com a anciã, explicando que cuidar de um número elevado de animais é muito trabalhoso e que isso poderia ser comprovado diante das precárias condições sanitárias em que o ambiente se encontrava.

Dona CANIÓFILA, que até então apenas escutava os fiscais, passou a falar: – “É... Se meu marido estivesse vivo, isso não acontecia”. Os fiscais, buscando uma solução, explicaram para a senhora que iriam chamar a CARROCINHA para levar os cães, mas que ela poderia ficar com dois ou três.

Contudo, dona CANIÓFILA não queria se separar de nenhum cachorro e começou a passar mal, apresentando falta de ar.

Desesperados com a atitude da senhora, que poderia morrer, pois manifestava respiração ofegante e insistentemente dizia que se seu marido estivesse ali aquilo não aconteceria, um dos fiscais sentou a velhinha e segurou sua mão para acalmá-la. Todavia, quando o mesmo soltava as mãos de D. CANIÓFILA*, ela começava a apresentar acentuado mal-estar e o outro técnico, sem saber o que fazer, ordenava: – “Segura a mão dela, segura a mão dela!”. Após um longo tempo nesse impasse, os fiscais optaram por dizer à senhora que ela poderia ficar com os animais, desde que tomasse algumas providências que eles iriam orientar.

Só a partir dessa nova decisão dos técnicos de não levar os cães foi que dona CANIÓFILA largou a mão do fiscal e voltou a ficar calma.



Creche Ilusão

Vicente Teodoro da Silva
Minas Gerais

Em um determinado município do interior do estado de Minas Gerais, o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária recebeu uma denúncia de más-condições de funcionamento, estrutura física, saúde e de maus-tratos dos funcionários para com as crianças de uma creche.

Deslocamos-nos para lá e, chegando à mesma, fomos recebidos pelos funcionários com receio, apreensão e nervosismo. Logo de cara percebemos que algo de errado havia ali. Falamos que havíamos recebido uma denúncia e por isso tínhamos que fazer a inspeção. Conversando com os funcionários, os mesmos relataram que haviam cobrado melhorias da Secretária Municipal de Educação, “a mesma só sabe falar vou fazer algo e nunca faz nada”.

Iniciamos a inspeção pela cozinha, que horror... Funcionária sem uniforme, de sandália havaiana, os pés rachados, as unhas sujas, o cabelo solto, etc. A cozinha estava suja, alimentos no chão, carne descongelando dentro de uma bacia com água, uma vergonha.



O armazenamento dos alimentos era feito dentro de um minicômodo sem a mínima condição de higiene, fezes de rato, barata morta, sem contar

que tinha lagartixa morta junto com os alimentos.

Partindo dali para o outro lado da creche, chegamos à área de recreação das crianças. Os brinquedos eram totalmente inadequados para suas idades. Os funcionários ficavam atrás de nós: – “Seu fiscal, o senhor não vai interditar, não é?” E eu pensando, meu Deus, como os seres humanos são egoístas, pensam somente no seu bem-estar. Continuando a inspeção, verifiquei que berçário não existia. E quando entrei em uma sala, encontrei uma criança de mais ou menos quatro anos de idade dormindo no chão sujo. Aquilo me cortou o coração, falei com os funcionários e eles agiram com uma frieza incrível, disseram que as crianças sentiam sono e quando eles viam, elas já estão dormindo, aí deixavam “pra lá”. Continuamos a inspeção e eles questionando sobre fechar ou não a creche, daí não aguentei e perguntei o porquê da preocupação deles. Eles explicaram que era por causa do salário que iriam perder. Diante dessa resposta, fiquei pensando que existe muita dificuldade em trabalhar na Vigilância Sanitária, mas é gratificante porque pensamos, atuamos e trabalhamos com prevenção à saúde de cada um e que por mais que tenhamos que interditar algum estabelecimento, isso é para o bem comum de todos.

Terminada a inspeção, foi notificado à responsável e assinado um termo de obrigação a cumprir. Demos um prazo para as

adequações necessárias.

Ficou a lição para mim, de que doa o quanto doer, temos que exercer nossa função em prol de todos. Aquela criança que vi dormindo no chão não tem culpa da negligência do poder público e daqueles funcionários. Ela é só mais uma criança vivendo em um mundo irreal, imaginário e ilusório.

Diante dessa realidade denomino aquela Creche de “Creche Ilusão”. Aonde todos que não vão lá falam que a creche é boa, o lanche é bom, os funcionários são cuidadosos com as crianças, mas não conhecem a realidade da mesma.

Findo esta com a seguinte frase: viver de ilusão pode ser bom para os ilusionistas que vivem e sobrevivem financeiramente do ilusionismo, mas para as nossas crianças isso é péssimo.





Uma alça de caixão pode provocar uma revolução

**Regina Câmara Santana
Lillia Márcia de Almeida**
Minas Gerais

Recebemos uma denúncia na VISA municipal de que os caixões que estavam sendo fornecidos para conveniados de uma funerária eram de péssima qualidade, ocasionando um incidente em um cemitério da cidade. No momento do enterro, a alça do caixão desprendeuse e o cadáver desceu à sepultura mais rápido do que se esperava.

Desta forma, fui, acompanhada de outros dois fiscais, até a funerária para inspeção e averiguação da denúncia. Verificamos, então, que além de outras irregularidades estruturais no local, alguns caixões possuíam também acabamento de verniz (produto altamente poluente para o meio ambiente). Para darmos continuidade à apuração da denúncia, foi necessário inspecionar também o cemitério onde foi realizado o enterro.

Para nossa desagradável surpresa, o local encontrava-se em condições precárias de organização e limpeza. Detectamos muitas irregularidades que poderiam afetar a saúde dos trabalhadores, usuários e até dos moradores das proximidades do cemitério. Os trabalhadores não possuíam equipamento de segurança, as covas eram rasas, os uniformes utilizados nos sepultamentos e exumações não tinham local apropriado para serem lavados, havia pincas e cachos de baratas nas árvores, o piso estava repleto de baratas e muitas voavam e andavam a nossa volta. Na capela, não

víamos os santos em meio a tanta desordem, sujidades e baratas. Não possuía luz, bancos ou cadeiras. Os carrinhos para esquifes estavam enferrujados e sem freios. Os resíduos de exumações (restos de caixões) estavam amontoados próximos da capela e exalavam muito mau cheiro.

Havia alto risco epidemiológico e grave estado de insalubridade no local.

Todo o diagnóstico situacional levantado desencadeou uma série de estudos e ações conjuntas para mobilização dos diversos setores responsáveis.

A partir dessa ação foi realizada uma reunião intersetorial enfatizando os impactos ambientais do necrochorume no solo do cemitério e regiões adjacentes, necessidade de estudo mais aprofundado do solo pela equipe do Meio Ambiente, controle rigoroso de vetores e pragas, controle físico-químico e microbiológico da água no local e em seu perímetro (30 metros), controle do risco de contaminação dos profissionais do cemitério por doenças infecto-contagiosas, necessidade de implantação dos critérios de biossegurança, além das necessidades de reformas estruturais na área física.

Hoje já avançamos bastante, mas ainda temos muito a conquistar.

E assim caminha a Vigilância Sanitária... educando, fazendo ações intersetoriais, retornando, aprazando e não desistindo nunca!!!!





Estamos em obra

Ronilson Pereira
Ronildo Alves
Juliany Marques
Antônio Cláudio
Minas Gerais

Num certo dia, em uma cidadezinha do interior, ocorreu uma denúncia contra certo estabelecimento que manipula alimentos.

A equipe da Vigilância Sanitária foi urgentemente apurar. Ao entrar no estabelecimento, a primeira coisa que o comerciante falou foi:

– “Olha os meus filhos! Estão doentes, mas vocês podem fazer o trabalho de vocês”.

Começamos o nosso trabalho no estabelecimento e nos

deparamos com uma cozinha muito desarrumada, sem forro no teto, teias de aranhas, roupas jogadas na pia de lavar vasilhas, lixeira sem tampa cheia de bicho e moscas, os funcionários sem EPIs e o proprietário sem camisa, descalço e de bermuda.

Inspecionando o congelador, constatamos uma tremenda bagunça, pois existia carne cozida destampada junto com verduras cruas picadas. Revirando as bagunças, encontramos uma pereca morta dentro de um copo com ovo quebrado. Saindo da cozinha, fomos para a área, onde havia uma pele de porco velha dura que nem porrete, estando há aproximadamente dois anos estendida no varal. Daí fomos para a área do balcão, onde tinha uma geladeira e umas prateleiras; na geladeira havia restos de comida nas panelas pretas de alumínio, metade de uma melancia sem proteção, ovos na porta da geladeira e na parte de baixo na gaveta encontramos uma coisa incrível, “UMA BOTINA”. Perguntamos ao dono qual a finalidade dela estar ali e ele disse que era por causa do calor insuportável que sentia nos pés. Nas prateleiras, muitos produtos vencidos em 2003 (balas, pirulitos, pipocas, sachês de maionese). Diante destes fatos, questionamos aquela situação e ele veio com uma desculpa esfarrapada:

“ESTAMOS EM OBRAS”.





Este é o controle de pragas

Maria Aparecida Ferreira Froza
Rio Grande do Sul

Lá pelo ano 2005, ao nos deslocarmos para inspecionar uma indústria numa cidade longe da regional, resolvemos procurar um moinho de farinha de milho, que ficava numa cidade no nosso trajeto de volta. Tínhamos notícias de que ele existia, mas tinha pouca produção e que se localizava na zona rural, na região norte do Rio Grande do Sul.

Ao chegarmos, o proprietário - Sr. José - mostrou-nos o açude com peixes, a propriedade em geral. O lugar era bonito e organizado, em se tratando de comunidade rural. Após essas apresentações, pedimos para conhecer o moinho.

O moinho era de alvenaria, sem reboco. Era até grande; dentro do esperado para uma edificação na zona rural e com pouca produção. Estava organizado e relativamente conservado, mas possuía algumas janelas com vidro quebrado e sem tela. Ao entrar, o proprietário foi nos mostrando o maquinário e como funcionava. Logo percebi que uma gata que tinha nos rodeado no pátio entrou pela janela. Expliquei para o Sr. José que não poderia ter a

presença de animais ali. O mesmo argumentou que a gata era ótima caçadora e que mantinha os ratos longe do moinho. Enquanto conversávamos, a gata se aproximou e quando me dei por conta ela estava mordendo um rato quase nos meus pés. Olhei para o meu colega, que ao perceber o que estava acontecendo ficou sério. Àquela altura fiquei sem saída. Não sabia se saía correndo ou fingia que não estava assustada com o ocorrido. Acabei ficando ali, não demonstrando a surpresa que o fato havia me causado e continuamos argumentando que este não era o controle de pragas adequado para a área de alimentos. Solicitamos que mantivesse a gata fora do moinho, colocasse os vidros, as telas nas janelas e adotasse novas formas de trabalho.

Em virtude do mesmo só moer milho para produção de farinha, dentro do sistema de troca-troca e principalmente na época da safra, optamos por acionar a Vigilância Sanitária municipal para acompanhar o moinho. No retorno para nossa regional ficamos até rindo da situação por que tínhamos passado e pensando: Este é o controle de pragas do Seu José!

errar é humano! mas permanecer no erro...

Eduardo Bezerra Espínola
São Paulo

Pensei imediatamente no ditado: “errar é humano, mas permanecer no erro é burrice”, logo após ouvir a reclamação do consumidor: – “Olha, já é a sétima vez que vou nesse mesmo restaurante e passo mal”. Sete, como também fala outra frase popular, é conta de mentiroso e tornei a pensar na primeira: errar é humano, mas permanecer... Entretanto, tal pensamento foi interrompido pela complementação da reclamação:

– “Moço, este restaurante é um local muito sujo, os funcionários nem possuem uniformes e, além disso, encontrei outro dia umas baratinhas rastejando pelo salão”.

– “Quantas vezes o senhor comeu no estabelecimento e passou mal?” – perguntei, ainda não acreditando!!

– “Já é a sétima vez que como neste restaurante e passo mal” - repetiu.

– “O que aconteceu com o senhor?”

– “Tive uma ‘baita’ diarreia e vomitei pra caramba! Cheguei a ser hospitalizado e tive que tomar soro na veia”.

– “Eu espero e recomendo que o senhor não frequente mais este local até investigarmos as condições de higiene das pessoas e

do ambiente, além dos cuidados de armazenagem dos alimentos. Qual o endereço?” O reclamante indicou nome e endereço completo da empresa. Anotei rapidamente, todavia, não saía da cabeça o ditado: “errar é humano...”

Fiquei reflexivo e pesquisando o motivo das pessoas agirem assim. Encontrei algumas frases que condenam o erro, tais como a de Bertrand Russell: “Na vida nunca se deveria cometer duas vezes o mesmo erro. Há bastante por onde escolher”, até outras que o desconsideram um pecado, como é o caso do escritor Paulo Leminski: “Nunca cometo o mesmo erro duas vezes, já cometo duas, três, quatro, cinco, seis até esse erro aprender que só o erro tem vez”.

Qual a mensagem que se esconde atrás de uma frase que diz que comeu sete vezes em determinado local e passou mal sem desistir? Será a confiança e a esperança no outro ser humano de corrigir o problema? Será a impossibilidade de comer em outro local? Quem sabe esse local é o único que ele tem acesso na região? Ele passa algum vexame quando se expõe ao funcionário da Vigilância Sanitária, o seu caso de insistência de ingerir alimentos em um local que prejudica tal saúde?

Talvez tenha razão o Paulo Coelho: “Não existe nada de completamente errado no mundo, mesmo um relógio parado consegue estar certo duas vezes por dia”. Essa denúncia, apesar de estranha, de parecer expressar um comportamento idiota do reclamante, tem uma verdade escondida, que é a da condição inadequada de funcionamento do estabelecimento que serve refeições e que deve ser levada sempre a sério, independentemente do número de vezes que o reclamante passou mal, pois se considerarmos que o papel da Vigilância Sanitária é prevenir e eliminar riscos, devemos atender a esta notificação de irregularidade oriunda da população.



Lavar banheiro todo dia

Hálisson Carpedyane Pereira dos Reis
Tocantins

Trabalhar em vigilância sanitária é uma das mais enriquecedoras experiências que os profissionais da saúde podem vivenciar. Nos dias de hoje é inacreditável que com tanta disponibilidade de informação as pessoas ainda insistam em viver isoladas do conhecimento e à mercê de sua própria ignorância.

No ano de 2007, em nossas rotineiras tarefas da VISA, recebemos uma reclamação de que famílias ocupantes de forma irregular de uma área verde da capital estariam vivendo sem boas práticas de higiene e limpeza, causando mau cheiro e incômodo para a vizinhança.

Ao chegarmos ao local, constatamos que, além da procedência da reclamação, ali viviam famílias sem condições, totalmente alheias aos padrões mínimos de higiene consideráveis.

Depois de muita conversa, explicações e das famosas discussões entre “as brigas de vizinhos” a que estamos acostumados, foi lavrada a notificação e a reclamada se manifestou: – “Estou sendo injustiçada, pois meu banheiro é lavado toda semana”.

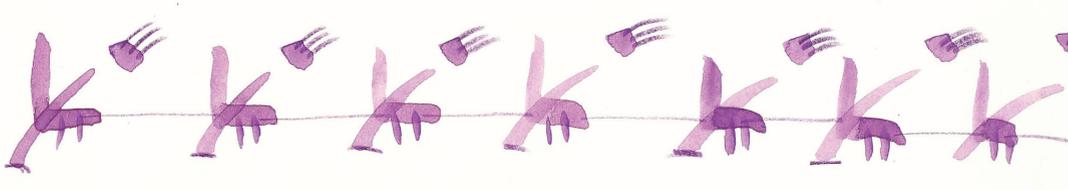
Assim, vimos o quanto as pessoas ainda estão desprovidas do conhecimento e consciência da importância da higiene pessoal no seu processo de construção da qualidade de vida.

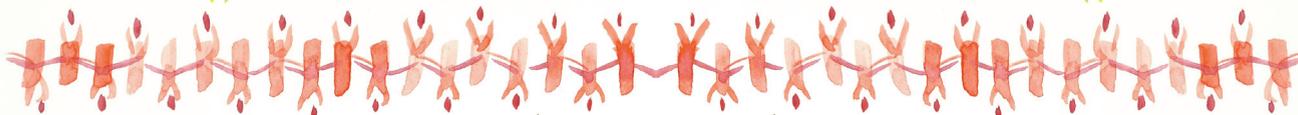


Medicamento é que faz mal

Maria de Lourdes do N. V. Barbosa
Carla Aparecida Marques
Minas Gerais

Em uma cidadezinha do interior de Minas, os fiscais foram inspecionar uma mercearia. Ao chegar, encontraram algumas irregularidades, entre elas vários produtos vencidos. Foram separando os artigos a serem apreendidos e inutilizados. A proprietária irritou-se e começou a questionar, alegando que o produto alimentício vencido não fazia mal à saúde, pois ela fora criada com comida que a mãe apanhava do lixo. Medicamento é que faz mal. Pegou uma embalagem de um repositivo hidroeletrolítico vencido e mandou o funcionário beber, despejando-o em sua boca. Diante do clima tenso, ao mesmo tempo cômico, a proprietária recebeu orientações verbais sobre sua atitude errada. Os produtos foram lacrados. Como no momento da ação não dispunham de carro para transportar os produtos ao aterro sanitário, retornaram ao estabelecimento no dia seguinte para completar a ação. Foram recebidos com grosseria pela proprietária, relatando que fora parar no hospital com pressão a 20 porque a ação dos fiscais tinha sido desrespeitosa. Mesmo diante de tanto nervosismo, os produtos foram encaminhados ao aterro sanitário e encerrada a questão.





O calor das baratas

Hálisson Carpedyane Pereira dos Reis

Tocantins

É sabido por todos que as temperaturas da região Norte do nosso país são sempre elevadas. No Tocantins e na sua capital, em especial, é natural os termômetros na escala dos 35° a 40°C e se nós, humanos, sentimos todo o rigor desse calor escaldante, é provável que animais e insetos também sejam acometidos pelo desconforto.

Certa vez, em uma operação rotineira de fiscalização nos restaurantes no ano de 2006, pudemos constatar que até mesmo os insetos tentam de alguma forma se refrescar e tentar fugir do calor tocaninense.

Numa inspeção aos estabelecimentos da praça de alimentação de um shopping da capital, deparamos com uma cena que nos deixou encabulados e, conseqüentemente, tomou-nos muito tempo.

Ao adentrarmos na área interna de um estabelecimento, encontramos muita sujeira, funcionários totalmente sem EPIs, alimentos acondicionados de maneira irregular, enfim, tudo a que já estamos acostumados a encontrar em estabelecimentos que estão em desacordo com as normas sanitárias. Porém, surpreendentemente, um fato nos chamou a atenção: ao abriremos o freezer que acondicionava os congelados, fomos recebidos por um verdadeiro festival de baratas.

– “Baratas?” “Em freezer com temperatura para congelamento?” Foi realmente uma surpresa e, segundo um funcionário em baixíssimo som e pelo canto da boca, sem mover direito os lábios: – “Elas moram aí há muito tempo.”

Assim, ganhamos um bom e animado dia de trabalho, apreensões, interdições, autos e termos lavrados e a certeza de que até os insetos buscam recursos para fugirem do nosso calor, que é mais que tropical.

O dia em que a VISA almoçou com Bonnie e Clyde

Álvaro Luiz Saboia Antunes
Rio Grande do Sul

Numa manhã comum, encontrava-se um servidor em sua sala. Passava-se um pouco do meio-dia e o serviço era burocrático, tranquilo. Os colegas haviam se ausentado para o almoço e esse servidor estava aguardando algum colega para substituí-lo na intenção de manter o setor aberto. O serviço, naquela época de vacas um pouco mais gordas e recursos humanos mais adequados, permitia que não se interrompesse o atendimento ao meio-dia. O servidor sonhava acordado com seu horário de almoço, já estava pensando aonde iria almoçar; ter, enfim, um relaxamento, uma pausa. O tempo passava lento.

Aproximadamente uns 10 minutos depois, um colega motorista abriu de súbito a porta da sala, avisando: – “Apreendemos uma kombi cheia de produtos clandestinos. Está estacionada no pátio”.

Alguns minutos antes havia retornado acompanhado de outro colega, fiscal sanitário, de uma diligência. Qual não foi a sua surpresa quando, por ironia do destino, o veículo em questão trafegava na rua, em frente à repartição, anunciando em seu altofalante: – “Olha a água sanitária! Tem também sabão em pó, detergente, amaciante...”

Imediatamente os barnabés incrédulos que haviam retornado, sonhando também com o almoço, abordaram o veículo e

informaram ao motorista que deveria entrar no pátio da repartição para a verificação dos produtos.

Avisado do ocorrido, o servidor sonhador desceu até o pátio para verificar a possibilidade de infração sanitária, aproximadamente após uns 15 minutos de seu sonho, quando iniciou a averiguação. Tratava-se de produtos clandestinos, sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), todos sem marca ou rótulo que os identificasse, à exceção de um sabão em pó marcas Mileva e Mileve e, mais tarde, verificou-se também estar na mesma situação de irregularidade. Todos os produtos eram saneantes domissanitários. Os líquidos estavam acondicionados em garrafas pet de refrigerante e também em galões de cinco litros, do tipo “embalagem econômica”.

Esse fato foi confirmado pelo motorista da kombi e sua acompanhante. Ambos também vendedores, familiares - marido e mulher, mais tarde se soube. O veículo ficou retido, recolheram-se os documentos para averiguação. Seria também clandestino?



A moça bem que lembrava a índia Obirici, com seus cabelos longos e olhar gateado e que nada mais faz hoje em dia do que ficar de braços abertos olhando pro céu, imóvel, do lado de um viaduto cinza de uma cidade esfumada, implorando, talvez, e aguardando, quem sabe, a volta do Guerino, segundo as más-línguas do bairro. O moço, que nem Guerino se chamava, tinha o cabelo cortado no estilo moicano. Pensávamos que esta tribo já havia sido extinta, mas, pelo jeito, andam por aí às escondidas fabricando e vendendo produtos sem registro e muito provavelmente sem qualquer controle de qualidade. "La garantia soy yo".

A dupla bem que no início parecia um casal de índios, estava ali firme e forte em suas convicções, trabalhando, batalhando o pão, unidos na riqueza, na pobreza, na saúde, na doença, na contravenção, no crime... Concluímos ser uma versão hipermoderna e globalizada de Bonnie & Clyde, cidadãos marginalizados, frutos de uma reação sociobiológica de autopreservação, numa sociedade injusta e competitiva, respondendo aos apelos "marketeiros" de uma mídia cada vez mais veloz em informação, associada a uma falência moral e política e banalização da postura moral da sociedade. Ou seja, devem ter conseguido as fórmulas em algum programa matutino de variedades ou em algum jornal populista de grande circulação ou, quem sabe, até na Internet.



Entre 12.30 e 13 horas já haviam retornado alguns colegas do almoço, porém o sonhador continuava ali, firme,

investigando, contatando órgãos públicos, no que foi auxiliado por colegas. A solução não parecia rápida. Todos estavam apreensivos. Um órgão jogava pro outro. O outro jogava pro um. Um verdadeiro pingue-pongue. Esporte é saúde. Saúde é cultura. Ninguém auxiliava, porém, demonstrando-se solidários, sugeriam o encaminhamento a outro órgão, numa demonstração clássica de pouca capacitação, desconhecimento da matéria, medo do comprometimento, comprovando que às vezes parece que o serviço público constitui-se na arte de passar adiante. E o almoço não chegava nunca.

Aproximadamente às 13 horas, eis que chega o fabricante, agora não lembramos exatamente se pai de Bonnie ou Clyde. Só nesse momento percebemos tratar-se de um negócio familiar, como muitos existentes no mundo. A essa hora todos os colegas já haviam retornado à sala e tomado ciência da situação. Todos, diga-se de passagem, de barriga cheia.

Iniciou-se a lavratura do Auto de Infração sanitária, recebido pelo Sr. Bonnie ou Clyde Senior.

Às 14.05 horas chegaram os representantes do município e polícia civil, dispostos a resolver a situação. Eis que brada o chefe da investigação:

– "Todo mundo para a delegacia!" - o que incluía nossos famintos e esperançosos heróis.

Por volta das 14.30 horas iniciou-se o indiciamento dos envolvidos por crimes contra uma série de coisas: questões fiscais, fazendárias, etc.

Os depoimentos duraram mais ou menos das 15 às 17 horas. O almoço não chegava nunca, ninguém podia sair. Só se ouvia um não-sei-de-nada, só estava trabalhando. Na delegacia os servidores debochavam: Mileva, só se for para a cadeia.

Apresentaram-se três advogados. O primeiro, um senhor que pouco falou. Depois, mais duas advogadas apresentaram-se: uma senhora mais ponderada e uma senhorita que incorreu à sala da delegacia bradando: – “Que absurdo, eu mesma lavo meus cabelos com este xampu” – referindo-se a um produto que, segundo o proprietário da empresa, tratava-se de detergente automotivo, o que causou espanto aos presentes, tamanha a ignorância da moça, com curso superior, lavando os cabelos com “xampu de carro”. Vai ver que essa era a causa de do aspecto seco e desleixado de seu cabelo. Ou isto ou era caso de “baranguice” aguda. Ninguém é perfeito, nem obrigado a ser bonito, mas pode ser mais esperto (ou experto?) em termos de cuidados com a saúde pessoal.

A outra advogada apresentava um alvará de localização municipal, que mais tarde descobrimos pertencer a outro estabelecimento, uma sorveteria, sendo, portanto, fraudado.

Despedimos-nos às 18.20 horas, não sem antes ouvir o questionamento do Sr. Bonnie ou Clyde Senior que na qualidade de pessoa simples ou atuando como se fosse, exclamou interrogativamente: – “Por que estou sendo preso?”

Observa-se que, no cumprimento de suas obrigações, nossos heróis ainda não haviam sequer almoçado.

Esta é uma paródia baseada em fatos, fruto de uma autobiografia não-ficcional ou autorizada. Na ficcional temos um carro de combate, com zippo e tudo.

Ah, quase ia esquecendo... Bonnie & Clyde continuam por aí campereando de Kombi e os demais continuam sempre esperando a hora do almoço... E segue o baile.





O pozinho milagroso

Margareth Maçae Yada Langui
Cintia Kuwahara Ynoue Nishizawa
São Paulo

A dolomita é um produto extraído de rochas de origem calcária, sendo purificada por processos tecnológicos adequados, a fim de eliminar contaminantes biológicos e químicos, como os metais pesados. A dolomita é composta principalmente de carbonato de cálcio e magnésio e usada como fonte de cálcio e magnésio.

Certa vez recebemos uma reclamação de uma senhora que informou ter comprado um frasco de dolomita em pó. Ela dizia ter tomado o pó misturado em água e que havia comprado de um vendedor na porta de sua casa. O pozinho era “milagroso”, servia para tudo, curava desde unha encravada até ácido úrico, ajudava a parar de fumar, além de combater diabetes, hipertensão, etc. E conforme o rótulo do produto, até o efeito colateral seria benéfico, podia causar diarreia, o que seria bom para desintoxicar!!! Dizia, ainda, que se a pessoa tivesse problema renal, era para ser usado na forma de cataplasma. O negócio era usar, não importava de que forma, o importante era vender!!! Havia até boleto bancário para pagamento em três vezes!!!

Após a reclamação, fomos investigar e verificamos que o vendedor era um sujeito estranho, de fala baixa e bastante

confuso, dava até pena olhar pra ele, parecia o corcunda de Notre Dame, enfim, tinha um jeito de coitado... Ele comprava o produto (dolomita em pó) de uma empresa de outro estado, legalizada pela VISA local. O problema é que ele retirava o rótulo da empresa e colava seu próprio rótulo e acrescentava varias indicações terapêuticas, isso tudo na cozinha da sua casa. O indivíduo dizia que era engenheiro agrônomo e tinha pós-graduação em Microbiologia, mas que seus diplomas e carteiras do Conselho não estavam com ele ou estavam com a mãe dele ou as havia perdido, nem ele sabia explicar direito... Enfim, ele foi autuado, os produtos apreendidos e depois concluiu dizendo que não continuaria nesse ramo, que iria trabalhar com mel. Ficou sumido por mais de um ano, até que então recebemos outra reclamação do produto dolomita, que estava novamente sendo vendido de porta em porta, mas agora numa cidade vizinha. É incrível como essas encrencas não desaparecem, só mudam de lugar... Dessa vez, duas pessoas haviam comprado o pozinho “milagroso” e passaram mal. Verificamos a embalagem e vimos que se tratava do mesmo sujeito, que havia feito um rótulo ainda mais elaborado, mais brilhante, atraente, cheios de dizeres, tinha até colherzinha grudada de brinde.

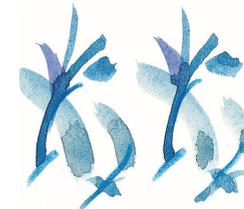




Voltamos ao local da residência do sujeito e foram várias tentativas em vão, acho que ele estava muito ocupado com as vendas... Até que, um dia, o encontramos em casa e, adivinhem o que encontramos??!! O "milagre" da multiplicação!!!! O pozinho "milagroso" estava em todos os lugares, havia dolomita em panelas, em potes de maionese, dentro da garrafa térmica e, pasmem, nove sacos de 25 Kg, do tipo sacos de cimento, cobertos por lona no fundo do quintal. Descobrimos que agora ele comprava de uma empresa cujo destino da dolomita era para as indústrias de argamassa, tinta, calcário corretivo de solo e outros segmentos industriais. Ah! Ele tinha também algumas pedras de dolomita que ele quebrava e depois peneirava e envasava tudo junto! Ele ainda teve a cara de pau de dizer que aquilo não fazia mal a ninguém, que ele mesmo tomava, talvez por isso ele tivesse aquela aparência de corcunda de Notre Dame... Acho que o negócio ia bem porque ele tinha mais dois vendedores para ajudá-lo. E confessou que até dava palestras nas igrejas evangélicas para ajudar nas vendas... De coitado ele nada tinha, mas de malandro e espertalhão!!! Mascara-do naquele tipo coitadinho...

No final da história, chamamos a polícia, que pediu seu RG.

"Qual dos dois?" - quis saber - eu tenho um no estado de São Paulo e outro no meu estado natal. Fomos todos para delegacia e até viramos notícia na imprensa. Enquanto estava sentadinho aguardando ser chamado para depor, ele virou para nós e disse: – "Olha o que vocês fizeram comigo, não precisava nada disso"... E após os depoimentos deixou endereço para o escrivão e sumiu, acho que voltou para sua cidade natal. Tomara que não tenha ido vender o pozinho "milagroso" por lá...





Ô pinga boa!

Rony Henrique Leite
Minas Gerais

Estávamos em minha sala, em plena sexta-feira, em uma tarde de agosto, muito sol, aquele sol de rachar mamona, eu e minha colega de trabalho, quando tocou o telefone. Entrelhamos-nos como quem diz: atende você. Atendi, era o sargento da PM dizendo ter parado uma saveiro carregado de pinga e queria que a Vigilância Sanitária fosse dar uma olhada se estava certa a mercadoria. Agradei, olhei para minha colega e transmiti-lhe o conversado com o sargento. Suspiramos fundo e lá fomos.

Chegamos ao DP, estavam quatro soldados revirando a saveiro. Faltaram só arrancar o motor. O sargento de pronto nos recebeu e disse que a carga não estava rotulada. Pensei: “ferrou”; fomos averiguar.

Resumo da carga: 600 litros de “pinga da boa”. Sabe aquela amarelinha que o pessoal despeja um copo americano de café sem açúcar por garrafão de 5 litros? Era desse tipo, sem rótulo, em garrafas pet de 2 litros, de todo tipo de refrigerante. O dono da carga, todo jeitoso, falando mais que o “homem da cobra”, querendo se explicar e cada vez mais se ferrando, dizendo se tratar de produção artesanal e não ter como emitir nota fiscal, que não tinha maquinário de engarrafar, por isso acondicionava em garrafas tipo pet. E que tinha um amigo na polícia rodoviária que lhe avisava quando tinha bloqueio para que ele escapasse para a estrada de terra. E, ainda, que possuía um amigo muito “gente boa”, que

estava preso por tráfico, mas era “gente boa”. Nesse momento pedi para que ele parasse de falar para não se complicar ainda mais.

Ao colocar a mão na primeira garrafa, achei estar pegando em uma pessoa com febre, tão quente estava. Minhas digitais ficaram na garrafa dada à poeira que tinha se acumulado. Nesse momento minha colega disse que o sargento perguntara a ela aonde levaríamos o produto.

Chamamos o sargento no canto e dissemos que a carga seria apreendida e inutilizada, só que não tínhamos uma caminhonete para transportar o produto. Ele, de prontidão, disse para transportarmos a carga da saveiro para a hillux da PM; e assim o fizemos. E fomos todos, eu, minha colega, o sargento, um cabo e o dono da carga para o almoxarifado municipal cujo esgoto é canalizado para a estação de tratamento. Ao chegarmos ao almoxarifado disse ao encarregado que iríamos proceder à inutilização da cachaça. Os motoristas estavam chegando para guardar os carros nesse momento. Foram quase duas horas gastas até aqui. Quando abrimos as primeiras garrafas e despejamos no esgoto, o cheiro recendeu; foi como “mosca no mel”. Os motoristas foram chegando, uns até estalando a língua, com a boca cheia d’água, querendo um golinho e pedindo para que não cometêssemos aquele pecado, e nós despejando aquele líquido, para eles precioso, no esgoto.

Dia seguinte, o prefeito chegou de manhã no almoxarifado e quando pegou a moto de trabalho ele comentou em tom de ironia:

– “Da próxima vez vê se joga uma creolina depois de jogar a pinga, pois tem motorista que não quer sair daqui hoje só para ficar curtindo o aroma e respirando o bafo do beuro”.



O rato

Aloisio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Meados de 2007, numa cidade da região do Médio Paraíba, estado do Rio de Janeiro, fomos acionados para inspecionar uma empresa distribuidora de alimentos.

Vamos ao trabalho.

A reclamação se referia à grande infestação de ratos no local. Como a empresa era de grande porte, havia no local várias divisões de setores.

Chegamos à portaria e iniciaram-se nossas dificuldades. Aguardamos o responsável debaixo de um sol escaldante. A hora ia passando e ninguém nos atendia.

Já decididos a atuarmos por obstar a ação fiscal, tiramos o bloco de Auto de Infração da pasta. Quase de imediato apareceu o representante da empresa: – “Desculpe-me! Sei que estamos atrasados! Alguém pode me acompanhar ao escritório?”

Um colega, já irritado com a demora e o descaso com nosso serviço, iniciou: – “O senhor é o responsável? Vamos ao que interessa. Estamos com uma denúncia contra seu estabelecimento e não temos mais tempo a perder”.

– “Denúncia?”.

– É sim! Alguém reclamou de infestação de ratos.

– “Não é possível! Fazemos todos os controles. Temos a nota da dedetização”.

– “Eu mostro o estabelecimento”. Exigiu que cada fiscal colocasse proteção na cabeça.

Entramos no depósito e, percorrendo a área interna, percebemos que realmente havia problema de manchas de gordura junto às paredes laterais, indicativa de rato preto ou rato de telhado. Mercadorias roídas e esparramadas no chão.

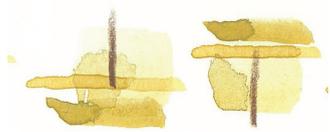
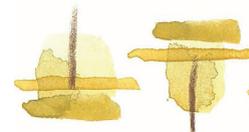
O colega mais irritado, ao perceber que tudo indicava a presença de rato no telhado, virou para o representante do estabelecimento:

– “Eu ainda não entendi bem o porquê desta touca na cabeça”.

A resposta foi imediata: – “Vocês mesmos fazem a exigência e não sabem!”

O colega ainda retrucou: – “Aqui neste local só vejo uma utilidade: serve para os ratos não fazerem “cocô” em nossa cabeça”.

Estabelecimento foi atuado e interditado.



Documentos on cérebro

Maria José Raimundo Drummond
Minas Gerais



A partir de 1993, a inspeção nas indústrias farmacêuticas passou por um processo evolutivo pressionado pela globalização, trazendo mudanças para o setor regulado e também uma evolução técnica para os inspetores da indústria farmacêutica.

A modernidade foi chegando, a tecnologia ocupando espaço. As normas sanitárias acompanhando o progresso foram evoluindo e buscando atender o acordo Mercosul. O Programa Nacional de Inspeção em Indústria Farmacêutica (PNIFF) foi implantado para padronizar as ações de inspeção em indústrias farmacêuticas, capacitando e fazendo intercâmbio entre os fiscais de todos os estados para verificar o cumprimento das “Boas Práticas de Fabricação e Controle” de medicamentos.

Lá na região da Zona da Mata, na região sudeste do estado, em 1995, existiam laboratórios industriais farmacêuticos antigos, históricos, destes que passaram de geração para geração e quando morreram os farmacêuticos-proprietários, ficaram alguns práticos que foram treinados no ofício de manipular os comprimidos nas antigas amassadeiras e revesti-los nas “tangerinas” com xarope de revestimento que desciam em fio das canecas de alumínio.

Os inspetores treinados pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, pois a ANVISA não existia ainda, com a participação de professores internacionais (latino-americanos), fiscalizavam as

indústrias, cheios de um novo saber e deparavam com os laboratórios antigos, equipamentos velhos, cheirando a graxa, muito bem lubrificados pelo mesmo prático que fazia as formulações. As áreas, ainda gerais, onde se pesavam, manipulavam, secavam-se os pós ou granulados e comprimiam-se os pós. Parte desse pó se encontrava depositado por cantos, tetos e paredes e, claro, no piso dessas áreas.

Era desanimador para o fiscal perceber que, com seu novo conhecimento, o que deveria estar completamente limpo, identificado e armazenado era considerado fato sem importância pelo único funcionário da produção, que desafiava sua autoridade.

A resposta era mais ou menos esta: – “Na lida diária não há tempo para estas ‘frescuras’, não. Afinal, este processo é realizado desta forma há anos e nunca ninguém morreu”.

E os fiscais comentavam entre si:

– “Ah, meu Deus... Não é fácil, não. Convencer ‘esse povo’ de que se na sala de reunião e da diretoria, com granito no piso e impecavelmente limpa, com móveis brilhando que nem espelho, tudo guardadinho e arrumado, são aplicadas as boas práticas de limpeza e organização, por que não se faz o mesmo na área produtiva?”.

Vamos observando, perguntando, escutando, anotando.

– “Bem, por favor, precisamos ver a documentação dos processos.”

– “Documentação? Como assim?”

– “Quando vocês vão fabricar o lote, não registram todas as etapas seguidas? Quanto pesou, o que se misturou, que equipamento foi utilizado?”

– “Ah... Temos esse registro, sim”.

Fiscal respira, aliviado. Pensa: – “Graças a Deus!”

E o homem tira da gaveta da mesa de madeira um caderno escolar brochura, pequeno, de umas 60 folhas, com algumas anotações escritas a lápis que mal informavam o produto que fora fabricado.

Fiscal insiste:

– “Nós gostaríamos de ver a ordem de fabricação”.

Bate e volta:

– “Nós anotamos o que precisa neste caderno”.

Fiscal, perdendo a paciência:

– “Vocês deveriam ter uma ordem de produção, baseada na fórmula-padrão que foi registrada no Ministério da Saúde. Esse documento contém todos os insumos com a quantidade utilizada, os equipamentos utilizados, os procedimentos necessários para a fabricação, com os cuidados necessários e os controles de qualidade em processo. Enfim, tudo que é necessário para fazer o medicamento”.

A ordem de produção deveria estar disponível na área produtiva e ser seguida pelo manipulador!

Resposta rápida:

– “Eu sou o manipulador há 25 anos e sei tudo o que precisa”.

Fiscal, na última esperança:

– “Mas precisamos ver a documentação para conferir com o que está sendo feito. Por favor, a ordem de fabricação!!!”

– O manipulador responde, imediatamente, batendo a palma da mão na testa, mostrando o próprio cérebro:

“ESTÁ AQUI, Ó!”





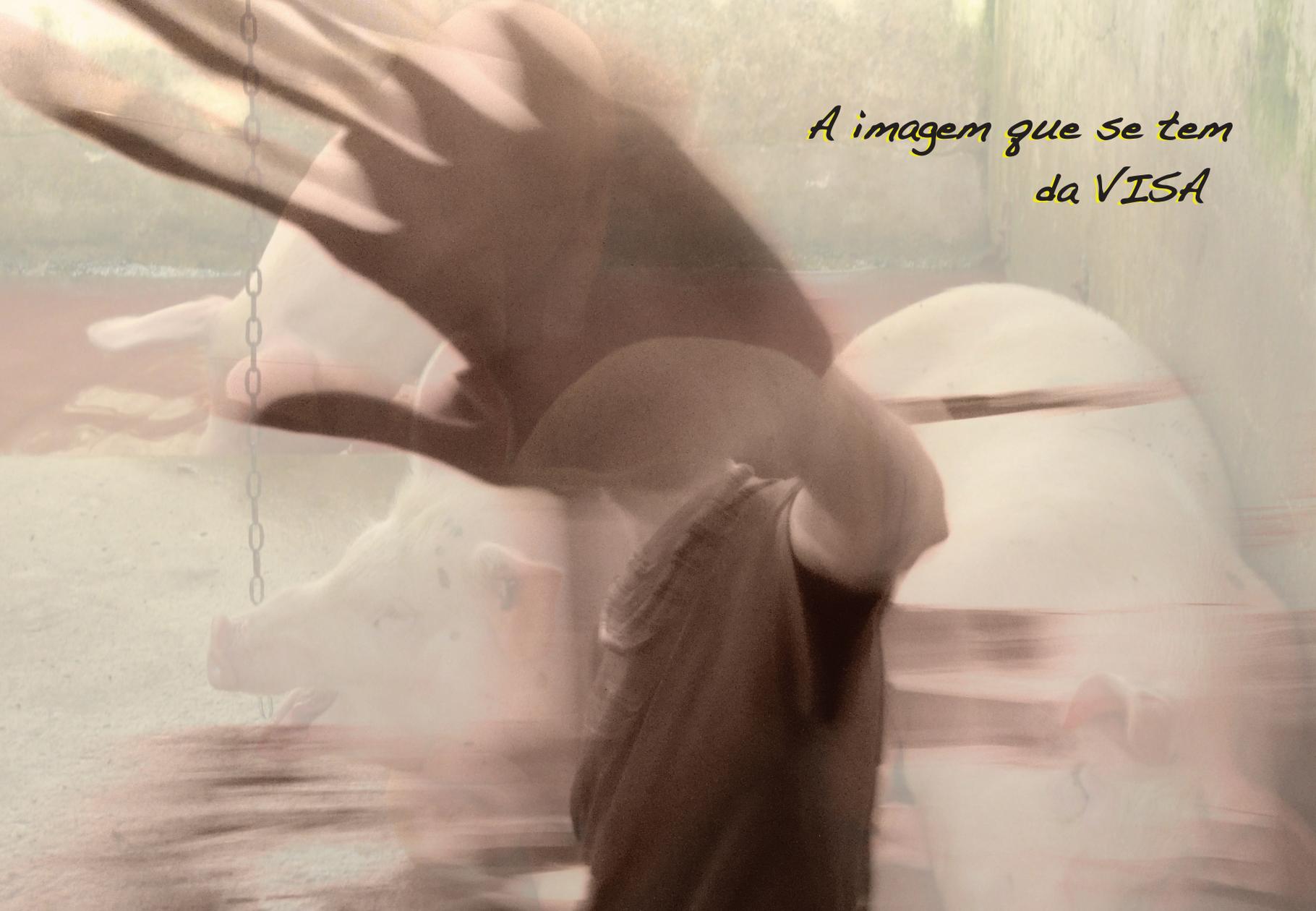
Controle Ambiental

Rogério de Souza Silva
Minas Gerais

Em uma determinada padaria do interior de Minas, saímos para uma inspeção de rotina. Ao chegar, apresentei-me e fui acompanhado aos fundos pelo proprietário, um senhor de estatura mediana de aproximadamente 50 anos e de fala muito humilde. Logo que passamos pelo corredor de acesso, que era também utilizado como depósito, havia uma gata com três filhotes deitada em cima de um saco de farinha semiaberto. Ao ser questionado, o senhor contou que a gata estava ali somente para não deixar os ratos entrarem na padaria, mas que era muito mansa e que depois dela nunca mais havia visto ratos no local, sendo que ela fazia o controle ambiental. Continuamos a inspeção e deparamos com maquinários extremamente sujos e restos de massas. Quando saímos para a área

externa, havia duas pessoas agachadas atrás de um tambor de 200 litros com um pauzinho na mão dizendo que estavam entupindo o buraquinho das formigas. Ao voltarmos para a área de produção, eis que nos deparamos com dois camundongos andando sobre a grade de pães assados. O senhor correu e espantou os ratinhos que, por sua vez, correram e entraram em um buraco na parede. Diante da cena, perguntei ao proprietário: – “O senhor me disse que a gatinha fazia o controle do seu ambiente!!”

– “Pois é, meu filho, esses dois aí são danadinhos, eu já tampei o buraquinho várias vezes, mas num tem jeito, eles abrem em outro lugar... Esses aí nem eu e a gatinha damos conta deles. Vamos ver se os filhotes darão...”

A photograph showing a person in a dark, short-sleeved shirt holding a pig by its ears. The pig is white with some dark spots and is suspended in the air. The background is a blurred industrial setting, likely a slaughterhouse, with metal structures and other pigs visible. The lighting is somewhat dim and has a slightly desaturated, grainy quality.

*A imagem que se tem
da VISA*

Companhias de céus e abismos

Daniella Guimarães de Araújo
Minas Gerais

Nesses dez anos de percurso pela VISA, quando penso em histórias do cotidiano, penso especialmente nas pessoas que escrevem seus atos, as crônicas e as poesias dos acontecimentos. E aí quero escrever uma narrativa que banhe de luz essas pessoas na minha memória, gente de carne e osso, que vive, trabalha e se emociona em diversos lugares onde se faz a Vigilância Sanitária sobre os riscos neste país.

Nesse tempo em que as subjetividades estão em baixa, insistimos em lembrar de gente, já que são as pessoas que iluminam ou fazem nublar as instituições. Se cada cidade tem o seu espírito, cada Vigilância sua história, seus luxos e lixos, seus enredos anônimos, sua própria cultura e arquitetura, tudo isso é formado por gente. Por trás dos atos objetivos no exercício do trabalho, do olhar direto e oficial, por trás da norma de cada dia, existe um vasto painel coletivo que se interpõe. Um painel formado por gente. E é por esses que esta história de VISA vai sendo tecida. Mais que real.

Contamos histórias para rememorar muitos que no percurso desses anos pela Saúde Pública e especialmente pela VISA foram companhias de céus e abismos.

Que ensinaram a abrir caminhos onde antes não se transitava, que instigaram a gente ir além da norma e pensar além da forma imposta. Contamos histórias para também lembrar. Dos que vieram para se lançar onde antes não havia possibilidade. E espalharam sementes de ousadia, tornaram atitude as ideias que pregavam. Saíram do discurso e puseram a mão na massa.

Tantos sonharam junto, conheceram a fundo a palavra risco, navegaram entre rochedos perigosos, dormiram menos à noite, questionaram mais de dia, tiveram a coragem de não calar a voz e a vez da ação. Andaram sobre vidros, cascalhos, escarpas, desertos. E pela ação de um, sonho de outro, a palavra proferida, o zelo e a companhia tornaram menos grave o caminho coletivo. Pelo sonho comum por cidades invisíveis.



Era invisível, sim, o mote que nos fazia sonhar. Sobre cenários de visível precariedade, de violação de direitos, de tempos cheios de reformas e vazios de saúde. Contra a força implacável do mercado, da onda do “diz-me o que consumes e eu te direi quem és”.

Invisíveis eram as cidades saudáveis. Mas sobre elas e seus habitantes é que sonhamos as grandes narrativas. O desejo de ir além. U topos.

Todos esses seres nos ensinaram a fazer e a ser. Fazer uma história diferente para um mundo diferente, mais complexo, mais cheio de riscos e danos. Esses sanitaristas e não-sanitaristas, esses que militavam, esses que entre os dias comuns cumpriam de maneira simples e firme suas melhores convicções. Coerentes em seus propósitos. Seja lá em um barco que navegava pelo Amazonas, seja na poeira dos serões, seja na chama turbulenta das metrópoles cansadas.

É para todos esses que essa história é escrita, para lembrar os que nos fizeram não desistir de cumprir no tempo uma história melhor. Que se faz para pessoas, cidadãos comuns, teimosos habitantes das cidades sonhadas. Para estes que vão desenhando a Vigilância Sanitária com alma e mente, inteligência e vasto coração. Brava gente brasileira. Além do poder e dos títulos. E também para esses que, anônimos, tocaram tantas vezes o meu coração em cidades mínimas, em serviços sem estrutura adequada, em condições tão adversas de saúde e vida, de trabalho e renda.

Para esses que pensaram, tiveram o trabalho de dobrar as noites, de replicar os sinos da utopia, de cantar seus hinos mais fortes na defesa da vida. Para os que encontraram o remédio de um outro lugar possível. E nos ensinaram que para fazer a história acontecer em tempos contemporâneos, onde as grandes narrativas se perderam... é preciso sentimento, uma boa dose de partilha, força da fé, compromisso e paixão. São as pessoas que fazem e se tornam história, para além do tempo.



Na hora do desespero

Márcia Cristina Sala Dias
Rio Grande do Sul

Aconteceu na década de 90. Recebemos uma denúncia de que uma drogaria em um município do interior estava funcionando sem farmacêutico e fomos até lá averiguar. Ao chegarmos à cidade, passamos com o carro oficial à frente da referida drogaria e verificamos que a mesma se encontrava aberta, em horário de atendimento. Nosso motorista fez a volta para estacionar nas imediações e, para nossa surpresa, apenas alguns minutos após termos passado pelo estabelecimento, ao chegarmos lá novamente, deparamos com as portas fechadas e um bilhete com caligrafia corrida, como que escrito às pressas, contendo exatamente as seguintes palavras:

“FECHADO. MOTIVO: PROCURANDO FARMACÊUTICO.”

Já seria bastante cômico, não fosse por mais um agravante: ao aproximar-me da porta para ler melhor o cartaz e olhar para dentro, percebi, claramente, o contorno de uma mão segurando o papel contra o vidro da porta. Ainda enquanto observávamos, o dono da mão que protagonizava aquela cena, decerto por cansaço de manter a mão levantada ou por nervosismo diante da situação, começou a baixar o braço, de modo que o cartaz escorregava lentamente pela porta. É claro que na hora não rimos, mas depois, ao recordamos o acontecido, achamos a situação hilária!





Para quem trabalha na VISA, meu senhor?

Rosélia Maria Ferreira de Sousa
Minas Gerais

É comum que técnicos da Vigilância Sanitária Regional (GRS/Diamantina) desenvolvam ações em comércios varejistas, a pedido de fiscais municipais e secretários municipais de saúde. Essas ações têm como objetivo contribuir na capacitação de técnicos recém-contratados e fortalecer as ações da VISA nos municípios.

E foi numa dessas ocasiões que me ocorreu um fato bem corriqueiro, mas que reforçou minha convicção na importância do incremento de estratégias educativas para o fortalecimento e efetivação da VISA. Mesmo um bom blefe pode ter resultado positivo.

Estava eu a acompanhar um fiscal municipal em inspeções em uma pequena cidade de nossa jurisdição (menos de 3.000 habitantes), em meados de 2000. Entramos em uma mercearia, onde também funcionava uma padaria. Já na entrada foi possível perceber as precárias condições higiênico-sanitárias do estabelecimento. Fomos recebidos sem nenhum entusiasmo pelo proprietário, visivelmente pálido. Como logo na entrada encontrava-se um freezer de frangos, começamos por ali a inspeção. A situação era bem precária: camada excessiva de gelo nas paredes e piso do equipamento, indícios de congelamento dos produtos, embalagens violadas e por aí vai.

Chamei então o proprietário e comecei a explicar-lhe sobre as inadequações e a possibilidade de apreensão de produtos comercializados naquele estado. Antes que eu tivesse chances de concluir, o senhor, já bastante alterado, começou a andar de um lado para outro do corredor de prateleiras, sem me olhar, num monólogo raivoso:

– “É assim, o governo não dá nada para os pequenos; pra sobreviver, a gente tem que trabalhar duro e pagar um monte de imposto pra encher o surrão dos graúdos. Quando resolve aparecer alguém do governo, é sempre pra cobrar, pra punir, pra atrapalhar nossa vida; ganhar mesmo, só pontapé. Ta certo, Dona, vou fechar as portas, parar de dar emprego pra esses funcionários, aí sim, vai ficar bom; eles vão roubar pra comer, pra sustentar a família! É assim que deve ser, né? É assim que o governo quer!”

Pensei: é... o dia hoje vai ser daqueles!!! Não bastassem o calor enorme e a suadeira. Mas tentei manter a calma e continuar meu ofício. Como o lengalenga não parava, cruzei os braços e fiquei olhando para ele, quando me ocorreu fazer-lhe uma proposta. Travamos o seguinte diálogo:

– “Meu Senhor, por acaso alguém na sua família toma algum medicamento controlado?”

Ele, meio sem entender, respondeu:



– “Minha esposa, ela toma remédio pra pressão alta. Por quê?”

– “Então faço um trato com o senhor. Não vamos fazer nada aqui no seu estabelecimento, desde que o senhor vá até a drogaria e compre o medicamento do mês para sua esposa. Com uma condição: que seja vencido; com data de validade VENCIDA!”

Ele, me fulminando, respondeu, furioso:

– “Que que é isso, Dona, tá brincando comigo? Quer me sacanear?”

Eu, respirando fundo:

– “De forma alguma. Mas, veja só, se a Vigilância Sanitária deve deixar o senhor vender seus produtos dessa forma, colocando em risco a saúde de outras pessoas, não é justo que o dono da drogaria faça o mesmo? O senhor não disse que a lei deve ser feita para todos? Que o governo deve ser justo e tratar todos com igualdade? Então, se o senhor está dizendo que devemos deixá-lo trabalhar de modo irregular, não é justo deixar também seu colega da drogaria fazer o mesmo? Ele não tem, assim, o direito de vender remédio vencido, ainda que isso possa matar a sua esposa? Ou será que o senhor tem algum direito de família, de sangue ou herança que me obrigue a tratá-lo de forma diferente? O senhor está dizendo que é superior a seus colegas comerciantes, que a lei só deve ser aplicada para eles? É isso mesmo, meu senhor, entendi bem?”

Ele me olhava, meio atônito, coçava a cabeça, andava de um lado a outro. Continuei parada, já mais calma, esperando a resposta. Ele acabou parando na minha frente e falou:

– “É, Dona, aí a senhora me pegou; a gente não pensa nisso, né? Não acostumou a pensar desse jeito...”

– “Então, que tal começar a pensar a partir de agora?”

Daí que travamos um diálogo mais ameno. Falei um pouco mais sobre a ação da Vigilância Sanitária na defesa da saúde de TODOS. Não posso afirmar que nos tornamos bons parceiros, mas conseguimos fazer nosso trabalho com mais tranquilidade e soube, pelo fiscal municipal, com quem ficou a responsabilidade de acompanhar o processo, que houve melhorias nas condições sanitárias do estabelecimento.



O fiscal é um terror

Marilene Martins Bicalho
Minas Gerais



Em vistoria de rotina a uma cozinha industrial, chegamos nos apresentando e procurando pelo responsável legal. A funcionária foi lá dentro do estabelecimento e voltou dizendo que a dona não estava e que era para voltarmos depois. Eu disse que faríamos a inspeção mesmo assim, que poderíamos ser acompanhadas por qualquer funcionário. A funcionária não queria deixar entrar de jeito nenhum, então eu falei que ela não podia impedir a fiscalização, etc., etc.

Entramos e ela foi à frente correndo e depois voltou querendo direcionar a inspeção. Eu determinei que começaríamos pelo depósito. A funcionária ficou branca de susto e abriu a porta, mostrando de longe que lá estava tudo bem, que não precisaríamos entrar. Insisti dizendo que precisava entrar para verificar a procedência dos produtos, a validade, o armazenamento, etc.

Quando eu estava olhando os produtos, vi uma pessoa agachada no chão, com a cabeça tampada com as mãos, em um canto entre as duas prateleiras, local bem pequeno.

Fiquei chocada, era a responsável legal pelo estabelecimento, que estava se escondendo de nós.

Comecei a chamá-la pelo nome várias vezes, até ela ter coragem de se levantar. Aí foi aquela situação mais desagradável de ser pega em flagrante. Ruim para ela, ruim pra nós.

Depois do mal-estar, do choque, perguntei a ela o porquê daquilo, por que se esconder, já que estávamos ali para ajudá-la a levantar os problemas, se tivesse, e buscar orientá-la na perspectiva de solução.

Conclusão: o medo da fiscalização é enorme, gera desconforto e apreensão.

Cachorros do governo

Rosélia Maria Ferreira de Souza
Minas Gerais

Em 2004,, estávamos numa cidade de nossa jurisdição, em atividades de inspeção. Na ocasião, tivemos que interditar uma empresa produtora de alimentos que eram comercializados em algumas cidades da microrregião. A mesma manipulava os alimentos no mesmo local e mesmo horário de atendimento ao público, inclusive com sanitário único para manipuladores e consumidores.

No mesmo bairro em que residia o proprietário da empresa, minha irmã e cunhado mantinham uma mercearia, que o mesmo frequentava com regularidade.

Tomei conhecimento apenas recentemente (soltando boas gargalhadas), de que, no dia seguinte ao da ação da VISA, o proprietário passou na mercearia para fazer algumas compras. Um amigo, por provocação, perguntou-lhe:

– “E aí, fiquei sabendo que a Vigilância Sanitária está na cidade; já esteve lá na sua empresa?”

Nisso, diante de todos, o empresário desabafou:

– “Pois é, moço, esses cachorros do governo só aparecem para atrapalhar a vida da gente! Ninguém pode traba-

lhar honestamente hoje em dia que eles aparecem para incomodar, só sabem exigir e cobrar!”

O que havia provocado perguntou, aparentando simplicidade:

– “Ah! você sabia que a fiscal da Vigilância Sanitária é irmã dela?” (falou apontando minha irmã).

Olhando assustado para minha irmã e gaguejando bastante, o empresário completou:

– “Bom, eu falo e volto atrás, né? A gente sabe que eles só fazem isso porque a lei manda, eles têm que cumprir a obrigação deles, né? São pagos pra cumprir a obrigação!”

E, como um raio, saiu da mercearia sem levar suas compras para casa.

Felizmente, hoje a empresa funciona em novo prédio, em condições sanitárias adequadas, onde os “cachorros do governo” são bem recebidos e têm tido a oportunidade de constatar e acompanhar os bons resultados da parceria VISA-Empresários.



Aconteceu Comigo

Fabiana Ferreira de Almeida
Minas Gerais



Em uma tarde de domingo, quando saía para trabalhar. Era dia de fazer as benditas coletas de amostras para análise fiscal. Eu tinha que coletar macarrão com ovos. Como meu município é pequeno, aos domingos os comerciantes revesam-se em escalas os dias de abrir, só abrem por escalas. E nesse dia tinha apenas umas duas ou três mercearias abertas e um mercado. Fui a todos e apenas em uma mercearia tinha o macarrão com ovos em quantidade certa e do mesmo lote. Apresentei-me e expliquei à comerciante que tinha que fazer a coleta e o porquê daquilo. Bom, difícil de acreditar, mas, barbaridade, mulher foi logo gritando que ali no estabelecimento dela eu não iria fazer essa coleta, que ela não iria ficar no prejuízo, que isso era “maracultalha” da prefeitura e que eu estava de marcação com ela. A minha secretária tinha proposto que eu pagasse a coleta para evitar escândalos, pois estávamos em plena campanha política. Eu não sou de acordo em pagar, não acho que todos os comerciantes têm que colaborar, pois faço ações educativas para todos os tipos de comerciantes e em todas as ações educativas eu explico muito bem o valor das coletas, mas mesmo assim expliquei à senhora que iria pagar, que ela só tinha que colaborar com a minha coleta, pois se tratava de algo fundamental para a nossa saúde, principalmente para sabermos que tipo de alimentos estávamos consumindo.

Não adiantou. Ela começou a gritar novamente que não, que eu estava de marcação. Resultado: calei-me, peguei os macarrões, lacrei, fiz os termos de coletas com todos os dados do comércio. Ela não queria fornecer, mas não teve jeito. Daí começou a chorar, chorar mesmo, tão alto que muitas pessoas foram ver o que estava acontecendo, perguntando, curiosas, o que estava acontecendo. Ela gritava: – “Essa menina da Vigilância Sanitária fica me perseguindo”. Foi muito constrangedor, mais não deixei de lado a minha autonomia, apesar de que estava muito constrangida e nervosa, só que consegui não demonstrar, não sei como, porque a cena foi horrível. Terminei de preencher o termo, pedi para ela assinar, recusou-se. Chamei duas testemunhas, as primeiras recusaram-se, ficaram com receio. Mas consegui duas que assinaram e eu ainda paguei os benditos macarrões. Agradei à senhora e saí com eles, ela não quis de modo algum ficar com a prova do comerciante.

E o pior: saí com eles na mão. Faço minhas coletas sem veículo. Essa foi uma das outras mais que aconteceram comigo, Fabiana, no município de Formoso-MG.



A VISA no Acre

Dionísio Ximenes

Acre

Em 1983, a Vigilância Sanitária do Acre realizou uma grande blitz em todo o comércio de Rio Branco, com uma equipe de fiscais sanitários composta por Ademir, Nemésio, Tiãozinho e Ribamar. Ao entrarem numa mercearia, detectaram um lote de iogurte bastante grande, com prazo de validade vencido, além de muitas unidades do produto estarem com suas embalagens estufadas. Chamaram o proprietário e falaram para ele que o produto, além de vencido, estava com seus caracteres organolépticos alterados, em função da ação de bactérias fermentativas e produtoras de gases e, por isso, seriam apreendidos e inutilizados no aterro sanitário municipal. O comerciante - um homem que acabara de chegar de um seringal, para ganhar a vida na cidade -, além de analfabeto, leigo no ramo de alimentos, ficou uma fera! Pegou um iogurte com toda a força que lhe era peculiar e falou com bastante ênfase: -“Lá no seringal nós vendia até carne de cobra, por que eu não posso vender isso aqui”?. A unidade que ele pegara era exatamente uma daquelas

embalagens que se apresentavam totalmente estufadas. Com a pressão, o produto estourou em todo o seu corpo, inclusive caindo sobre seus olhos. O homem correu para o interior de sua residência feito uma fera! Os fiscais pensaram que ele teria ido se armar! Que nada, o homem voltou com cara de Amélia e, todo desconfiado, falou para os fiscais sanitários: - “Pode levar essa bosta daqui, Deus que me livre deu dar isso pro meus fios!” (filhos). A partir desse episódio o humilde comerciante começou a entender a importância das ações de Vigilância Sanitária e nunca mais pôs obstáculo nos trabalhos realizados pelos fiscais.



Código sanitário ou gabinete dentário

Aloísio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Meados de 2001, iniciávamos uma reformulação na legislação sanitária municipal. Apresentávamos uma minuta do Código Sanitário Municipal para apreciação da Câmara dos Vereadores.

Muitas idas e vindas. Reuniões com a situação. Reuniões com a oposição. Apresentação de propostas de emendas.

Discussões acaloradas. Alguns edis diziam: – “Isso pode!” “Isso não pode!” “Meus eleitores vão ser prejudicados”. “O comércio vai falir!”

Já cansados com as reuniões infrutíferas. Novas reuniões eram marcadas. Proposta vem. Proposta vai.

Antes do envio da minuta ao prefeito realizamos uma reunião para consolidar todas as propostas apresentadas para o “Código Sanitário”.

Minuta aprovada pela maioria dos vereadores, porém, havia

uma nobre edil que estava inconformada. Resmungava o tempo todo. Não fez oposição nem era da situação. Era totalmente contra a nova lei. A proposta apresentada por ela havia sido rejeitada na íntegra pelos seus pares.

Com ar de indignação, ela, na tribuna do plenário, se dirigiu ao grupo e em alto e bom tom bradou: – “Isto é um absurdo!!! Criar um Código Sanitário pra quê?” - perguntava ela. Aí veio a pérola: – “Isso já aprovamos! Aqui está a Lei que aprova a instalação de Gabinete Sanitário na Feira Livre de Volta Redonda!”

Riso total.

Sem perder a postura, ela insistiu: – “Como podemos derrubar uma lei que até hoje não foi cumprida em detrimento de uma nova lei sobre SANITÁRIOS e, ainda por cima, muito mais complexa!

Ufa!!! O Código Sanitário foi aprovado em 18/12/2001 pela Lei 3704.



Escondidinho

Maria Natália da Conceição Silva
Minas Gerais



Desta vez, minha companheira de inspeção não era a Lila, mas sim a Genita, a quem eu tratava por Gena, uma das pioneiras da VISA/GRS/BH na inspeção de consultórios, tão antiga no serviço que ela mesma relata que antes ia de ônibus fazer o trabalho. O município era no estado de Minas Gerais, um dos mais distantes da nossa gerência. Era inverno de 2007 e, mesmo que não fosse, esse município se localiza numa das regiões mais frias das que inspecionamos. O estabelecimento era bem no centro e tinha uma escadaria que conduzia a um andar que só tinha consultórios odontológicos, logo, um paraíso para a Vigilância Sanitária. Chegamos e nos identificamos para a secretária, como de costume. Ela pediu que aguardássemos e entrou. Gena e eu nos sentamos e começamos a adiantar o Termo de Inspeção. Passaram-se dois, quatro, cinco e, finalmente, 10 minutos. Genita não titubeou, bateu novamente. Nisso abriu novamente a secretária e nos comunicou que não poderíamos fazer a inspeção, pois o dentista não se encontrava. Genita, experiente como ela só, já num tom de voz mais firme informou-lhe que isso não seria necessário, já que não precisaríamos de informações que ela não pudesse nos fornecer. A moça pediu licença e fechou novamente a porta. Aquilo já era um tanto suspeito, confabulamos. Novamente dois, quatro, cinco minutos. Batemos novamente, agora com mais vigor. Eu era apenas aprendiz naquele ofício, concluí. Ela

abriu imediatamente desta vez e “autorizou” nossa entrada. O ambiente era satisfatoriamente organizado e começamos a inspeção sem problemas. Genita olhava a CME (central de esterilização de materiais) enquanto eu olhava a validade e o acondicionamento dos medicamentos. Terminada essa tarefa, caminhei em direção ao banheiro e não pestanejei em abri-lo, mas o que se deu depois foi digno de uma boa comédia no estilo anos 50. Lá dentro, humilhado num cantinho, encolhido feito menino apanhado em atividade ilícita pela mãe, quem estava??? Nada menos que o coitado do dentista, que mesmo não tendo nada a temer, temeu. E se refugiou no banheiro!!! Essa, sim, foi uma situação difícil e eu, sem saber o que dizer (acho que nem a Rena saberia), lasquei: – “Desculpe-me, não sabia que estava ocupado!” Ao que ele, branco feito cera, retrucou: – “Não tem problema, já acabei.”

Saímos juntos do banheiro e lá fora pude vislumbrar duas feições distintas: Genita estupefata e a secretária com cara de tacho, no modo de dizer dos mineiros. O coitado não disse mais nada, assinou o termo e fomos embora em silêncio. Lá fora, pela primeira vez tive noção do quanto somos temidos!!!

Numa VISA do interior de MG...

– “Departamento de Vigilância Sanitária, boa tarde!”

Eu quero é reclamar

Simone César Cecílio Abreu
Minas Gerais

- “Boa tarde, minha filha, eu quero fazer uma reclamação!”
- “Pois não!”
- “É os cachorro” da vizinha!”
- “Como assim?”
- “Ela tem muitos “cachorro”, minha filha! E além do mais é solteira!!!!!!”
- “??????? E daí???”
- “Solteira no papel, porque você acredita que toda noite ela recebe a visita de um “homi”? É um absurdo, “cês tem que vir aqui!” É um mau exemplo!!”

- “Mas...”
- “É um entra e sai e blá blá blá blá...”
- “Senhora? Senhora? Por favor...”
- “Hã?”
- “É que infelizmente esse tipo de problema nós não podemos resolver...”
- “NÃO???????”
- “Não”.
- “Que tipo de problema vocês resolvem?”Expliquei calmamente...
- “Ah tá!! Então, eu tenho outra reclamação a fazer e blá blá blá blá...”



Eu sou pobre

Marina Freitas Vilaça
Minas Gerais



Num certo lugar no interior de Minas Gerais sucedeu a história. Depois de uma inspeção de rotina ocorrida dentro da normalidade, deu-se o retorno.

No restaurante, solicitei acompanhante para a inspeção. Dona Maria, ao encontrar-se só, disse-me que ficasse à vontade, ela continuaria suas atividades. De relatório em mãos e ao observar o ambiente, percebi boa vontade, interesse, medo de punição de Dona Maria, ao cumprir com as determinações solicitadas em inspeção anterior. Havia cumprido parcialmente. Assim, aproximei-me na intenção de explicar-lhe a situação. Naturalmente comecei a dizer e a mostrar a melhoria ocorrida e aquilo que ainda necessitava ser realizado para o bom funcionamento do seu restaurante e, conseqüentemente, assegurar saúde a todos.

Dona Maria, numa mistura de felicidade, ansiedade e medo, começou a falar:

– “Eu sou pobre, procuro fazer o melhor. Eu sou sozinha, não tenho marido, tenho dois filhos, eu não tenho ninguém, sou pobre...”

Eu disse:

– “Mas Dona Maria, veja, a senhora já...”

– “Não, é porque sou pobre, meu vizinho é rico... e continuou... Buáá...Buáááá...”

De repente, foi ao banheiro, lavou o rosto e voltou.

Olhou pra mim e começou:

– “Buááá...Buáá...Buáá... Eu sou pobre, pobre não tem vez, sou sozinha...”

E novamente foi ao banheiro e, ao me ver:

– “Buááá.....Buáááá.....Buááá”.

Eu disse a ela:

– “Dona Maria, acalme-se, a senhora está caminhando bem, não se preocupe”.

– “Não, eu sou pobre, sozinha, não tenho estudo. Tenho filhos, não tenho marido... Não quero que meus filhos passem o que estou passando. Eles estão estudando, vão ser importantes, vão ser ricos. Meus vizinhos são ricos, eu sou pobre... Buáaaa... Buáááa... Buáááa...”

Voltou ao banheiro.

Ao se aproximar novamente:

– “Buááá... Buááá... Buááá”

Esperei o soluço parar. Dirigi-lhe algumas palavras, disse que ficasse tranquila, que estava tudo bem, depois conversáramos. Quis despedir-me, mas dona Maria começou a falar:

– “Eu sou pobre, não tenho estudo, mas vou vencer, meus filhos vão vencer... eu...”

– “Mas a senhora já é vencedora!”

– “Buááá.....Buááá.....Eu sou pobre!...”



Fechado por luto

Fabrizio Zerves
São Paulo

Numa terra muito, muito distante, no interior do estado de SP, existe uma cidade muito pequena, porém com solo fértil, gente hospitaleira, de bom caráter e muito trabalhadeira.

Nessa mesma cidade, entre 2008 e 2009, uma empresa que engarrafa água mineral receberia uma visita de técnicos do DNPM para uma vistoria para verificação das condições de suas estruturas e instalações.

Porém, o que ninguém sabia é que o dono da empresa era muito espiritualizado e até tinha um pezinho no mundo das adivinhações! Um dia, ele chegou à empresa e disse que todos os funcionários tinham que ir para casa que ele mantinha próximo da empresa, já que a empresa estava instalada numa fazenda de sua propriedade.

Ele “pressentiu” que naquele dia (e até o horário) a empresa receberia uma visita dos técnicos do DNPM e havia trabalho atrasado, muitas encomendas de água para entregar a seus representantes, visto que ele tinha quatro ou cinco marcas de água

diferentes.

Os funcionários obedeceram, como sempre, pois desse salário dependiam seus familiares. Então, todos foram para a casa da fazenda e se trancaram por lá.

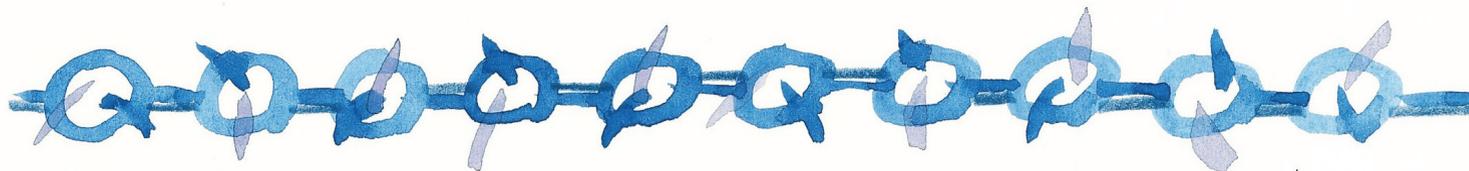
E não é que o “santo” realmente tinha razão? Lá chegaram (no dia e horário em que ele predissera) os técnicos do DNPM, que se depararam com um aviso no portão de entrada da empresa:

FECHADO POR LUTO

Claro que, por ser um dia triste na vida da família, os técnicos deram meia volta e se foram, quem sabe para retornarem um outro dia, mais propício para a família.

E, assim, no mesmo dia e pouco tempo depois da saída dos técnicos, os funcionários retornaram ao trabalho.

Infelizmente, o defunto não foi enterrado na cidade!



Feira Livre é uma Pedreira

Aloisio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Meados de 1997, numa cidade da região do Médio Paraíba estado do Rio de Janeiro, fomos acionados para rotina em feira livre.

O objetivo da ação era coibir a comercialização de produtos de origem animal clandestina.

Às sete horas da manhã estávamos na feira mais movimentada do município. Três médicos veterinários (duas colegas e eu) com roupa branca, conforme recomendação da chefia. O coordenador geral, o chefe de equipe, o fiscal de nível médio e o motorista estavam trajando roupas comuns.

Logo na entrada, encontramos umas quatro barracas comercializando queijo clandestino. Foi um festival de inutilização, infração, advertência, etc. Pouco mais à frente verificamos frango abatido fora de refrigeração, moscas em todos os cantos e novamente adotamos medidas administrativas. O povo já estava meio indignado com nossa ação.

Eis que surge uma emissora de televisão e passa a fazer filmagem de nosso serviço. A população passou a acompanhar os três médicos veterinários que estavam de branco. O outro grupo se distanciou e ficou misturado junto à multidão e o trabalho deles não era observado.

Quase no ponto em que terminava a feira livre encontramos uma barraca comercializando carne de porco sem procedência. A baderna da população já estava instalada. Preenchemos o Termo de Apreensão e Inutilização. O feirante era um brutamonte. Sem camisa. Suado e sujo. Com uma faca na mão, gritou: – “Ninguém leva minha carne! É o meu trabalho e a prefeitura não me sustenta. Pago em dia meus impostos, etc., etc., etc.”

Uma das colegas tentou falar dos riscos de se consumir carne de abate clandestino e que, além da apreensão, ele seria atuado.

Como uma onda gigante, a população nos espremia a cada momento.

Veio a sugestão de um consumidor: “É um pecado jogar esta carne fora. Doa isso para a Fundação” (órgão que cuida de menores infratores).

O dono do porco, muito irritado, gritou: – “Se for para doar para aquele grupo de vagabundos, ninguém sai vivo daqui”.

Fomos empurrados até a primeira saída da feira e a população gritando palavras de ordem. Quando, assustados, ainda chegamos ao nosso carro, foi uma chuva de pedras. Fomos expulsos. O outro grupo inutilizou em outra barraca sem problema algum. Estranharam parte da feira vazia. Mas agiram sem qualquer interferência.

No mesmo dia, fomos registrar ocorrência na delegacia e o prefeito determinou o cancelamento do Alvará de Funcionamento do Valentão.



Fiscal de banheiro

Vitória Menezes
Minas Gerais

Era uma tarde de fim de verão, mas nem por isso menos quente. O primeiro serviço do dia seria num bairro bem afastado. Tratava-se de um estabelecimento pequeno, que vendia pipoca e algumas guloseimas apenas, mas o proprietário, bem mineirinho, gostava de tudo muito corretinho.

O nome da responsável era Maria das Graças. Logo que chegamos, ela nos recebeu assim bem tímida e disse:

– “Pera aí um tiquim” - e foi lá dentro.

Quando pensa que não, chegou o marido da dona Maria e foi logo dizendo:

– “Oces vei aqui pra que? Ces é trivido mês”.

– “Boa tarde, nós estamos atendendo à solicitação de vistoria que o senhor mesmo fez, para renovação do alvará sanitário deste ano”.

– “Xô falá com ces um trem, esse cabuquim aí” - referia-se ao meu colega – “vei aqui no ano passado e fez eu perdê as conserva de pimenta que tinha aqui, queria que eu fizesse um papel e pregasse na garrafa falando de onde vei as pimenta e que data que vincia. Uai, eu sei lá de onde vei essas pimenta,

Sá” - disse olhando pra mim – “Cabei jogano tudo fora. Num gosto desse povo de sanitária não, eu fui foi na prefeitura, num chamei ocês não. Porque que ocês num vai olha os banheiro da rodoviária e os banheiro público que têm por aí?

Aqui dentro ocês num entra, só se for pra olhar o banheiro, e lá dendicasa. Denda minha barraca ocês num entra”.

– “Acho que o senhor está confundindo as coisas. Vigilância Sanitária fiscaliza as condições de higiene de todos os estabelecimentos que de certa forma podem colocar em risco a saúde das pessoas”.

– “Né não. Sô bobo não, Sá, sanitária vem de sanitário e sanitário é banheiro, então ocês são é fiscal de banheiro. Nun tô veno ocês fiscalizá nenhum outro lugar, só a minha barraca. Aqui ocês num entra, se quisé eu levo ocês pra vê o banheiro”.

Nisso, a coitada da dona Maria já estava bege de vergonha, fazendo sinal atrás da porta para a gente deixar pra lá. E a gente com cara de tacho, querendo largar tudo pra lá, com vontade de xingar o sujeito. E também, um calor... uma ladeira... minha Nossa Senhora!

Meu colega olhava-me como quem quer dizer – o que fazer? E eu lá, preenchendo a documentação. Sim, porque pelo menos um comprovante a gente tinha que ter para comprovar nossa ida no local.

Então, esse meu colega, que é o sinônimo de paciência, foi explicando com muito jeito para não ofender o Seu João, que não



teve alternativa se não ouvi-lo e ficar calado diante de tanta educação e calma.



O vizinho de frente já tava lá, pronto para ajudar o amigo a nos mandar correr ladeira acima. Tinha ouvido a voz alterada do vizinho e, como em toda cidade do interior que se preza, saiu para ver do que se tratava e prestar sua solidariedade, caso fosse necessário.



– “Oia, moço, ocê tá é me pirsiguino, ieu num vô iscutá essa sua conversa pra boi durmi não. Ô Maria, vem cá ocê tamém. Os documento ta é no seu nome”.



A Maria veio. Mas tão ressabiada! Saiu de trás da porta onde ela desde o começo desta história. Dei graças a Deus, porque como que eu ia pedir ao Seu João assinar o documento? Ele ia era ficar com mais raiva ainda. Mais que depressa fiz tudo em nome de dona Maria.



Meu colega perguntou: – “O que é vendido aqui?”



– “Uai, esses trem aí, tá vênão?”



– “Sim, claro, mas vocês vendem bebidas, tira-gosto...”



– “Não sinhô. Nós num tem muita coisa não, só esses



pirulito, essas pipoca e kabô”.

Claro que tinha uma pinguinha, daquelas lá da Serra do Cipó. Afinal estávamos em Minas Gerais, quase que eu via até um queijo. Mas falei nada, que era para não amofinar Seu João mais ainda.

Fiz a documentação, dona Maria assinou sem sequer levantar os olhos para qualquer um dos que ali estavam. Entregamos a documentação e quem pegou foi Seu João, que disse, pela última vez: – “Esse povo de sanitária é fiscal de banheiro.”

Sem mais discutir saímos e, ao passarmos pela porta, lá estava dona Maria, que num sinal nos pediu desculpas. “Gente boa” essa dona Maria.

Vejam bem, isso aconteceu numa cidade do centro de Minas e as falas foram por mim descritas exatamente como foram ditas, para que os que porventura lerem possam entender claramente como é o cotidiano dos agentes de fiscalização.

Acredito que em qualquer lugar coisas como essas acontecem sempre e na hora a gente fica irada, mas logo passa e, nesse caso particular, os protagonistas eram pessoas que merecem nosso respeito, se não pela idade, que era mais de 70, mas também pela boa índole de querer trabalhar dentro da lei. Tudo “certim”. Coisa de “mineirim, né não?????????”

Fiscalização Federal

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais

Final da década de 90. A VISA estadual recebeu denúncia de que certa drogaria, de uma cidade de porte médio, estaria vendendo medicamentos sujeitos a controle especial sem prescrição médica e sem captação de receita. A denúncia partiu do então diretor da Gerência Regional de Saúde, médico, cuja esposa foi à drogaria adquirir um medicamento controlado e o balconista não recebeu a receita dizendo que “não precisava”.

A fiscalização dirigiu-se ao estabelecimento para realizar a inspeção sanitária e apurar a denúncia. Inspeção bem rígida, os fiscais solicitaram os livros de registro de venda dos medicamentos controlados, receitas e notificação de receita, notas fiscais de compra, fizeram conferência minuciosa do estoque no armário, enfim, todos os detalhes importantes. As irregularidades foram confirmadas... O estabelecimento foi infracionado. O farmacêutico e o proprietário foram chamados a se explicar e foram advertidos da severidade daquele comportamento de descontrole na aquisição e venda de psicofármacos.

Mas, como sempre, esta ação também teve seu lado engraçado...

No dia seguinte, comentário geral na cidade, a fiscal que havia realizado a ação encontrou-se na rua com uma profissional farmacêutica que veio logo dizendo de forma assustada, olhos arregalados...

– “Ei... Você ficou sabendo que teve uma INSPEÇÃO FEDERAL na drogaria Fulana de tal?”

– “Não soube não, é mesmo?”- indagou a fiscal simulando curiosidade para ver o caminho da conversa.

– “É, olharam “os livros”, conferiram os armários e notas fiscais...”

A fiscal, na tentativa de esclarecer, diz:

– “Mas fomos nós que fizemos uma inspeção lá e...”

Interrompendo, a interlocutora adquiriu ar de desdém e finalizou:

– “Não! Não é ‘dessas inspeções’ que vocês fazem de olhar banheiro e parede, não...”



Garrafas Coloridas

Cassio Henrique de Oliveira
Minas Gerais

Essa é mais uma daquelas situações que sabemos que acontecem com os outros; mas que pensamos que nunca irão acontecer com a gente.

Parecia ser mais um dia de trabalho tranquilo, daqueles típicos de uma cidadezinha sossegada do interior; como, na verdade, é minha cidade.

Era por volta do meio-dia e meia de uma sexta-feira, mês de junho de 2009. Estava no meu horário de almoço, indo para casa tranquilamente, quando, de repente, avistei uma pick-up pampa cinza “cheia” de garrafas de refrigerante coloridas, parada na avenida principal da cidade, que, aliás, é a única com esse nome. Curioso para saber do que se tratava, cheguei mais perto da pampa, peguei uma garrafa daquelas e comecei a olhar, só pra despistar mesmo, porque já sabia o que era! Eu estava com uma camisa dessas com os dizeres “Vigilância Sanitária” no bolso, mas, sem maldade alguma, tinha uma blusa jogada nos ombros, que cobria o bolso.

De repente, um dos homens chegou perto, dizendo: – “Vamo levá, que o produto é de qualidade e barato, só dois Reais!” – “Não... Não! Obrigado!” - disse com firmeza ao vendedor que insistia em me empurrar o produto.

Resolvi, então, dar uma de consumidor bem informado, comentando que o produto não era de confiança, que não tinha data de validade e que, por se tratar de material de limpeza, não poderia ser vendido daquele jeito. De repente, ele viu o “escrito” na camisa e já foi dizendo: – “Cê trabalha na Vigilância Sanitá-



ria, né? Não tem nada de errado com os meus produtos! Tem responsável químico e o povo gosta! Já vendi muitos!”

Já não suportando mais aquilo, olhei nos olhos do sujeito e disse: – “Olha aqui! Esses produtos são todos irregulares, sim! Saneantes não podem ser comercializados em garrafas pet, expostos ao sol nem de porta em porta! Eu estou no meu horário de almoço, quando eu voltar e por acaso encontrá-lo novamente vendendo os produtos, vou chamar a polícia e apreender toda a mercadoria!” Virei as costas sem falar mais nada, segui o meu caminho, mas pensando se havia feito a coisa certa.

Ao retornar do almoço, já na minha sala de serviço, ouvi um som vindo de um tipo de altofalante anunciando a venda de produtos de limpeza. Não tive dúvidas. Acionei a polícia militar, juntei a minha “tralha” e fomos atrás, “uai”.

Percorremos, sem sucesso, várias ruas da cidade, até sermos informados de que os homens estariam no posto de gasolina, na saída da cidade. Fomos até o local e lá estavam eles, almoçando. A mercadoria já coberta, no jeitinho de irem embora! Não fiz a apreensão. Apenas os adverti mais uma vez a respeito da ilegalidade daquela prática e que se eles voltassem ia ser pior pra eles. Alterado, um deles diz que eu não poderia impedi-los de vender os produtos, que haviam conversado com o prefeito e que ele teria autorizado a venda, e “tal e coisa e coisa e tal”. Juntamente com o policial militar, esperei que terminassem o almoço e fossem embora.

Passados alguns dias, afastei-me do serviço, pois iria concorrer ao cargo de vereador nas eleições daquele ano. Uma colega

de serviço ligou-me dizendo que o “cara” dos produtos de limpeza estava na cidade e ela queria saber como deveria agir, já que era novata no serviço. Como eu não poderia agir naquele momento, expliquei a ela como deveria proceder. Bem informada, segura e respaldada pela lei, lá foi ela fazer o trabalho da VISA.

Ao retornar às minhas obrigações, já passado o período eleitoral, deparei com a minha sala repleta de garrafas coloridas. Eram várias e várias garrafas pet; 73, para ser mais exato, contendo produtos saneantes como: água sanitária, detergente, desinfetante, cloro, etc.

Coube a mim, então, realizar a inutilização dos produtos. A mercadoria apreendida foi levada até a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo do município e feita a devida inutilização, sob a minha supervisão.

Foi montado o processo administrativo, com os devidos documentos da ação e enviado à VISA da Gerência Regional de Saúde para as devidas providências.

Desde então, nunca mais a pick-up pampa, das garrafas coloridas, foi vista na cidade.

Este foi o caso das garrafas de refrigerantes coloridas, que ocorreu na minha pequena, sossegada e acolhedora cidade, em algum lugar desse maravilhoso “interiorzão” de Minas Gerais.



História da VISA Real

Margarete Vognach Cantu
Rio Grande do Sul

Como somos poucos funcionários, temos que realizar nosso trabalho na maioria das vezes acompanhados apenas do motorista.

Há aproximadamente cinco anos, quando realizava inspeções sanitárias em indústrias de alimentos, dirigi-me a um município do Rio Grande do Sul, distante de minha sede 154 Km. É um município geograficamente grande, porém, muito precário em todos os sentidos, pois a população é muito pobre. Para nossos parâmetros, dá para se dizer que estão no século passado.

Iniciei meu trabalho de inspeções sanitárias pelas panificadoras já cadastradas e para renovação dos devidos alvarás sanitários. Para se ter uma ideia, somente existem duas naquele município. Na primeira visita, uma padaria muito bem organizada, limpa, com todos os requisitos sanitários satisfatórios. Seus proprietários, um casal, questionaram-me sobre como deveriam proceder acerca do comércio clandestino na cidade, com donas de casa fazendo pães, doces, salgados e vendendo-os livremente de porta em porta.

Solicitei, então, o nome das pessoas e os referidos endereços, o que me foi informado.

Dei continuidade ao trabalho, sempre acompanhada por um senhor de 69 anos de idade, motorista da VISA e que também desempenhava suas funções no PROSAN.

Em cada casa visitada identificava-me, conversava educadamente e deixava todas as orientações por escrito sobre como deveriam proceder para se regularizarem, caso desejassem continuar a comercializarem seus produtos, mas de forma legal.

Fui bem recebida na maioria dos locais, com alguns episódios pitorescos, como uma senhora que comentou que ela não precisava se adequar coisa alguma, porque era amante do vice-prefeito e que o mesmo havia dito a ela que não teria problema algum não ter “alvarau” sanitário.

De cada casa que saía, as proprietárias informavam-me novo endereço de alguém que estaria também na clandestinidade. Resumindo, mais da metade da população era “proprietária de alguma indústria de panificação” clandestina.

Em uma das residências, lembro-me bem que fora a casa que mais me chamou a atenção, pois nos convidaram para sentarmos na sala e havia uma fotografia de um rapaz com farda militar. Olhei atentamente para aquela foto, pois também sou policial civil, e pensei: “deve ser o orgulho da família” para estar na estante em evidência.

Quando dava as orientações à senhora dona da casa, sua filha, uma jovem senhora, estava presente. E da cozinha se ouvia que alguém, um homem, gritava muito alto para irmos procurar no Palácio do Governo os corruptos e não tirar o pão da boca dos





que trabalhavam. Ele ficava de longe desaforando e querendo acabar com o nosso trabalho. Mantive-me firme, deixei todas as recomendações por escrito e dei todas as explicações calmamente. No momento em que saíamos da casa, ouvi que a porta fora fortemente fechada. Seguimos nosso trabalho sem nos preocupar com o acontecido. Rodamos pela cidade e por algumas ruas distantes, quando chegou uma viatura oficial da Brigada Militar com os giroflexes ligados, em alta velocidade e fechou-nos bruscamente. Paramos o carro, uma GM Meriva praticamente nova, devidamente identificada em ambas as portas e placas oficiais.

Da viatura da BM saiu um jovem alto, com farda militar, chegou próximo do carro, chutou o pneu dianteiro do lado do carona, meu lado, e desferiu um soco do lado da porta sobre o emblema da fiscalização. Fiquei observando sem nada entender. Abri, então, o vidro e perguntei do que se tratava e o rapaz se debruçou sobre a janela do carro para talvez me intimidar, indagando-me com muita autoridade e arrogância quem eu era e de onde.

Calmamente identifiquei-me.

Rispidamente, como se eu fosse algum delinqüente, ele continuava a me enfrentar aos berros e tirou da cintura um revólver tentando apontar em minha direção.

Quando percebi que ele de fato estava engatilhando o revólver, bruscamente abri a porta do carro e desarmeí-o e peguei a arma.

Comecei, então, a fazer eu o interrogatório, qual era o problema que eu poderia estar oferecendo desempenhando meu trabalho de forma honesta naquela cidade.

Então me lembrei da sua fotografia na residência da família, era o próprio. Ele, alterado, disse que eu havia ameaçado e assustado seus pais e que eles me processariam.

Olhei em volta das duas viaturas e estavam rodeadas de curiosos assistindo a tudo entusiasmados. Já estava perdendo a paciência e mandei que todos circulassem e disse ao policial que não discutiria em via pública e que ele estava obstruindo o meu trabalho em vez de ser meu parceiro. Disse também que ele também deveria me respeitar por eu ser mais velha e já era policial mesmo antes dele nascer e conhecia perfeitamente as leis.

A população começou a se dispersar, disse para ele sentar-se no banco de trás de nossa viatura e comecei a científicá-lo dos problemas que ele enfrentaria se com dois meses de cargo na BM já estava agindo daquela forma.

Lembro-me de que, no final das contas, o rapaz começou a pedir desculpas e a chorar. Estava muito nervoso e acreditara na versão dos familiares, que disseram a ele que eu teria dito que teriam que vender a casa para pagarem a multa caso continuassem com as atividades clandestinas.

Sei perfeitamente que jamais teria dito algo parecido e pedi que retornássemos à sua residência para esclarecermos o episódio. Ele não quis e senti que a história fora totalmente distorcida e estava temeroso com o desfecho.



Se eu não tivesse algum treinamento anterior de policial, certamente o policial despreparado e alterado emocionalmente teria me alvejado com um tiro.

O motorista, que não estava acostumado com esse tipo de episódio, ficou muito alterado e não teve mais condições emocionais de dirigir o veículo de volta para nossa sede. No final, eu, que enfrentara tudo sozinha e que tinha acomodado a situação, tive que voltar dirigindo sem mesmo ter autorização para tal.

Chegando, informei todo o ocorrido ao delegado regional de saúde que, espantado com o ocorrido, quis tomar medidas drásticas contra o policial. Solicitei encarecidamente que reconsiderasse e que eu já o havia orientado sobre como deveria proceder corretamente. Afinal de contas, ele estava sob forte emoção, mas eu conseguira evitar um fim trágico com minha experiência profissional anterior. Resumindo: hoje, quando chego àquela cidade, o policial citado anteriormente sempre me recebe, acompanha e é parceiro profissional. Lá não mais existem problemas com a clandestinidade.

Irregularidades na VISA

Marcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Era 11 de outubro de 2009.

Para aprimorar meus conhecimentos, fiz inscrição no curso de Especialização em Direito Sanitário, na ENSP. Naquele curso, aprendi que jamais poderia ter fiscalizado, pois por não ser funcionária concursada, eu não poderia exercer o poder de polícia. Além disso, a VISA não era instituída legalmente e os talonários que usávamos não eram aprovados por lei.

No município de Macuco, quando entrei, constatei que os anos se passaram e tudo continua igual: não havia viatura; não havia carteira de identificação de fiscal; os talonários não eram aprovados pela lei; as exigências da Vigilância Ambiental cresceram mais que as da Vigilância Sanitária; e o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde separaram esses dois tipos de vigilância, porém, isto não acontece em muitos municípios, principalmente, os pequenos.



Mas eu só tenho um

Simone César Cecílio Abreu
Minas Gerais

Em atendimento a uma reclamação em uma VISA municipal de Minas Gerais, saímos, uma colega e eu. Fomos procurar o endereço. Ficava no centro da cidade, em um prédio muito antigo, sem elevador e muito menos placas com identificação das salas. Só conseguimos identificar a sala por meio de informação. Tão logo chegamos ao corredor, queixei:

– “Que cheiro forte de cigarro!!”

A referida sala estava fechada e tocamos, então, a campainha: dim-dom!

A porta abriu-se lentamente, porém, rapidamente uma nuvem de fumaça envolveu-nos.

Minha colega olhou para mim arregalando os olhos verdes, mostrando-se espantada.

Atrás da porta, muito timidamente, saiu um homenzinho com uma carinha de “tem dó de mim”!

Nós então nos anunciamos:

– “Bom dia! Somos fiscais da Vigilância Sanitária e viemos fazer uma inspeção!”

Ele, convicto, respondeu, apontando para o banheiro:

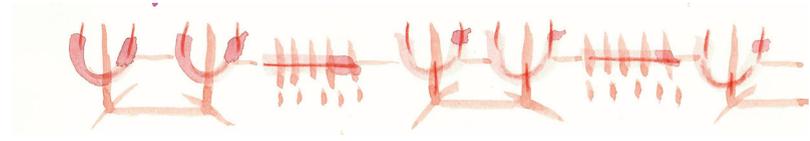
– “Ah, minha filha, aqui eu só tenho um ralo!”

– ??????????????????



Mocreia

Simone César Cecílio Abreu
Minas Gerais



Numa região do interior de Minas, ocorreu uma denúncia de irregularidades em um consultório odontológico, com várias reclamações. A equipe da VISA foi até o local e constatou que a denúncia procedia.

Foram designados quatro profissionais para realizar a inspeção. Juntos no carro da VISA, fomos para a ação! Ao passarmos pelo outro lado da avenida, fomos avistados pelo olhar de águia do dentista proprietário do consultório, que quase sempre estava em frente ao mesmo, sentado em uma cadeira. O homem, ao ver o carro da Vigilância Sanitária se aproximando, virava fumaça, travava o consultório e sumia de vista! E assim conseguia escapar! Foram várias tentativas sem sucesso. Quando a equipe apontava na esquina, o sujeito saía em disparada, sendo perseguido até por uma colega, que arriscou uma corridinha. Mas o sujeito era mágico, formado em corrida a distância, com pós-graduação em ninja, ou seja, tinha que ter um fôlego de gato para acompanhá-lo!

Nós, da VISA, de dentistas passamos a trabalhar com a Psicologia. Ao longe, ficamos de tocaia e... "brucuput"! Resultado: pegamos o cidadão dentro do consultório com a boca na botija! Aí foi um Deus nos acuda! – "Meu senhor, viemos inspecionar o seu consultório!". E diante de tantas irregularidades, orientamos o profissional quanto às providências a serem tomadas e foi aquela confusão! De repente, o sujeito parou, olhou firmemente para a

equipe e disparou: – "Vocês vão mesmo interditar? Eu vou é embora e vocês se quiserem que fiquem! Agora, se sumir algum instrumento, aparelho ou um palito de dente, a culpa é de vocês!! Fuiiiii!"

Ficamos no consultório somente os quatro profissionais da VISA. E agora?? A porta do consultório aberta, a chave com o dentista, o que vamos fazer??? Ligamos para o 190, fizemos um BO, lacramos os equipamentos, a porta do consultório e levamos os instrumentais e equipamentos para a VISA.

Passados alguns dias, chega ao departamento de VISA o mestre "ninja", numa nervosia danada e foi logo falando: – "Eu vim buscar meus equipamentos que foram roubados!". O dentista foi orientado quanto aos procedimentos a serem tomados, mas não se deu por satisfeito. Eu quero falar com o diretor!! Como o diretor estava em reunião, a recepcionista perguntou se ele gostaria de falar com a fiscal responsável pela interdição. Ah! O homem avermelhou e soltou a todo pulmão, em alto e bom som: – "Eu não falo com 'mocreia'!!!!" - referindo-se, no caso, a mim... e novamente virou fumaça!

Na exposição

Marcela Chaves Pereira da Silva
Minas Gerais

Estavam as fiscais em uma exposição agropecuária, durante uma fiscalização em uma barraca de cachorro-quente. Assim que saíram, duas técnicas, sem uniforme, foram até a barraca comprar cachorro-quente. Uma das proprietárias falou para a outra:

– “Não precisa fazer tudo do jeito que essas chatas da VISA mandam a gente fazer!!”

Entregou o cachorro-quente para a técnica com a salsicha fria, que logo reclamou, pedindo para esquentar.

A moça, então, se prontificou a jogar a salsicha na chapa de churrasco para esquentar.

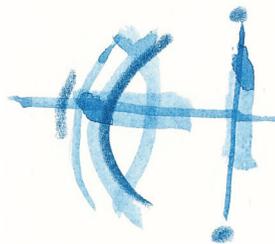
A técnica logo se manifestou:

– “Não vou querer mais, pois sou ‘chata’ igual às meninas da VISA que acabaram de sair daqui, já que trabalho junto com elas! Na VISA!”



Na tocaia

Carlos Henrique de Oliveira
Minas Gerais



Tudo começou no ano de 2006. Seria a primeira inspeção sanitária naquele estabelecimento. Tratava-se de uma mercearia e aquela seria uma inspeção de rotina, de caráter meramente educativo. Até então, nada havia com o que me preocupar. O proprietário era uma pessoa conhecida; como dizemos por aqui: tinha “costume” com todos, inclusive comigo mesmo. Bom, mas o destino nos prega peças!

Já no estabelecimento, segui com todas as formalidades, afinal, ali eu era um profissional no exercício de minhas obrigações. Procurei explicar da maneira mais fácil e simples possível do que se tratava a minha presença naquele momento. Aliás, a nossa presença, já que não estava sozinho, havia uma companheira e aquela seria a sua primeira inspeção oficial.

Quando disse ao cidadão que se tratava de uma fiscalização e lhe pedi que fornecesse os seus dados pessoais e do estabelecimento, ele olhou-me friamente e receoso entregou-me os documentos. Preocupado, pedi que ficasse tranquilo, pois os dados eram apenas para fazer o cadastro do estabelecimento, assim como havia feito com os demais. Em seguida, autorizou-me a realizar a inspeção, meio desconfiado, mas autorizou.

Pedi que me acompanhasse e disse ainda:

– “Se, por acaso, forem encontrados produtos vencidos, estragados ou irregulares, terei que apreender”.

É claro que ele não gostou nem um pouquinho de ouvir aquilo.

Já na primeira prateleira, para a surpresa do cidadão, começamos a recolher produtos vencidos; mais adiante, produtos (saneantes) sem registro; e por aí foi.

Ao final da inspeção, havia tanta mercadoria irregular, que foi necessário acionar um veículo da Secretaria de Saúde para fazer o transporte.

Após inúmeras e insistentes tentativas para que eu não levasse a mercadoria apreendida, consegui fazer com que o cidadão aceitasse que aqueles produtos não mais poderiam ser comercializados ou consumidos.

Graças a Deus que tenho santo forte! Já dá para imaginar a cara do cidadão a me ver levar a mercadoria e as palavras de “carinho” que gostaria ardentemente de dirigir à minha pessoa.

Passados alguns dias, o prefeito chamou-me em seu gabinete para uma conversa particular. O objetivo era obter esclarecimentos a respeito do acontecido, pois o cidadão, proprietário do estabelecimento, o teria procurado.

Disse ao prefeito que não houve exagero na minha ação. Produtos vencidos ou irregulares têm que ser apreendidos e que o mesmo se aplicava aos demais estabelecimentos, como já havia feito e ninguém havia “reclamado”.

Desde então, nunca mais o cidadão olhou na minha cara. Chegou ao ponto de transferir o estabelecimento para uma comunidade rural, pertencente a um município vizinho, onde eu não poderia atuar.

Passados alguns meses, ele retomou as suas atividades no município. Mas, desde então, são raras, muito raras mesmo, as vezes que consigo realizar o meu trabalho nesse estabelecimento, já que a sua localização é estratégica. Localizado próximo do cruzamento de várias ruas, o cidadão fica na espreita. Quando me vê, ainda que de longe, trata logo de fechar as portas sem cerimônia alguma e assim permanece por várias horas. E pelo que parece, seus filhos e esposa já foram induzidos por ele a fazerem o mesmo na sua ausência.



Numa fria

Amanda Campos Feitosa
Tocantins

Era para ser apenas mais um dia de trabalho, quando recebemos uma denúncia no meio de uma fiscalização. Tratava-se de uma fábrica clandestina de gelo, porém já havíamos estado por algumas vezes no local (posto de combustível) e conversado com o proprietário, que jurava sempre de pé junto que o gelo que tinha na câmara, que por sinal não possuía qualquer identificação, era comprado de outra pessoa que ele não sabia quem era. Muito suspeito!!!

Enfim, mais uma vez lá fomos nós ao posto de combustível atrás da fábrica de gelo. Fomos direto à câmara amarela, que ficava no pátio do posto, para ver se tinha gelo e, é claro, tinha, e muito. Então nos dirigimos até o escritório, onde fomos recebidas pelo proprietário que mais uma vez negou fabricar o gelo e, ainda, dessa vez acusou uma empresa de fornecê-lo sem identificação alguma, dizendo: – “Esse gelo é do fulano, ele me vende assim!!!”. Fiquei perplexa com o tamanho da mentira, pois o fulano a quem ele se referia possuía alvará e seu produto estava regular no mercado. E foi isso que eu disse a ele, acrescentando que o gelo que estava na câmara seria inutilizado e que ele seria autuado. Ele se meteu numa fria!!!

De repente, ele solta: – “Eu vou me organizar!!!!”. – “O quê?”.



Ele repetiu. Perguntei onde funcionava a fábrica. – “Na minha casa”. Ufa! Acho que nunca quisemos ver tanto uma fábrica de gelo quanto a dele.

Enquanto isso, o motorista que nos acompanhava chamou minha colega e informou que quando andava pelos fundos do posto viu um maquinário de gelo.

Ela voltou ao escritório e disse: e o que é aquilo lá nos fundos? – “Vocês já viram tudo, por que estão perguntando?” Então eu o chamei para ir até lá conosco. Ele levantou e saiu sozinho, quase que correndo. Pensei, será que fugiu? Depois de pouco tempo, retornou e nos acompanhou até o local, que por sinal era daquele jeito que vocês, companheiros de guerra, podem muito bem imaginar... como dizem por aqui, sem comentários...

Fizemos tudo que deveria ser feito naquela situação. O proprietário pediu mil desculpas pelas mentiras, só que até hoje tenho uma pergunta que não foi respondida. O que ele foi fazer quando “fugiu” para os fundos do posto? Será que foi dar uma “ajeitadinha” no local?

A história é bem recente e sei que não termina por aqui... quem sabe, na próxima edição, não teremos a continuidade desta comédia? O futuro promete. Aguardem as cenas dos próximos capítulos que nós aqui da VISA também estamos ansiosos para conhecer.

O apelido

Ronilson Pereira
Ronildo Alves
Juliany Marques
Antonio Cláudio
Minas Gerais

No dia 17 de abril de 2009, na festa de aniversário de Riachinho, estávamos a equipe da VISA e eu, fazendo um trabalho educativo nas barracas da festa, que era a distribuição de toucas, máscaras e luvas para os manipuladores de alimentos. Depois que terminamos o serviço, fui para a festa. Por que não está como nos outros, “equipe”?

Eu tinha mudado o meu visual, de cabelo castanho para vermelho e preto, achando que estava abafando.

Lá pelas tantas, achei que era hora de ir embora. Quando entrei no portão da minha casa, escutei duas pessoas conversando e citando o meu nome, fiquei escondida no portão quando uma delas disse:

– “Aquela tal de Maria, feiosa, ‘branque-la’, só sabe encher o saco. Fica querendo que a gente use essas coisas na cabeça, nas mãos, na cara e não vê que é ela que esta precisando tampar o cabeção, pois a cabeça dela esta igual à de um pica-pau”.

No dia seguinte à festa, passei pela barraca e disse:

– “Coloquem os EPIs, pois cabeça de pica-pau sabe ser chata quando necessário”.



O pulo do gato

Rosângela de Oliveira
Mato Grosso



Depois de uma denúncia quanto ao funcionamento de um estabelecimento que realizava tatuagens sem quaisquer condições higiênico-sanitárias, seguimos para o endereço citado na reclamação.

Chegando ao local, após o toque da campanha, encontramos um senhor de meia-idade, barrigudo, vestido apenas com um short. Ele se encontrava lavando o estúdio, que mais parecia uma residência. Estava tudo literalmente molhado. Da porta, podíamos sentir um forte cheiro de urina de gato, o que evidenciava que ele tinha vários desses animais, alguns deles sobre os mobiliários.

Devido ao fato de ele alegar que estava em limpeza, pediu que retornássemos no dia seguinte. Inocentemente, aceitamos.

Assim combinado, voltamos no dia seguinte e outras vezes também. Nunca mais encontramos o tatuador. Ele se tornou um fugitivo da “justiça sanitária”.

Moral da história: não importa a situação; em fiscalização, nunca se pode deixar para amanhã o que se deve fazer hoje.

Piti na Farmácia

Tereza Cristina Dias Paiva
Minas Gerais

Era uma vez, no interior de Minas, uma fiscal farmacêutica que fazia inspeção em certa farmácia de manipulação. Na primeira inspeção, diante de diversas irregularidades, a proprietária começou a sentir-se mal e desmaiou. A fiscal chamou o marido da proprietária para socorrer e para que o mesmo respondesse pelo estabelecimento. Aí o marido também começou a dizer que era hipertenso e que estava sentindo-se mal, pondo a mão no peito e dramatizando a situação. Diante do fato, a técnica resolveu suspender a inspeção para retornar posteriormente. No retorno, a mesma situação se repetiu, primeiro a mulher desmaiando e depois o marido enfartando. E ela começa a achar muita coincidência. Entretanto, não efetuou a inspeção totalmente. Na terceira vez naquele estabelecimento, o mesmo fato outra vez, primeiro a mulher, depois o marido. Aí, a fiscal, bastante indignada, resolveu continuar e interditar a área de manipulação, que estava pior que a doença dos dois juntos. Fez a ação, aguardou pelo retorno do casal doente da Unidade de Saúde. Solicitou sem pena e sem pestanejar a assinatura nos termos e pensou: tudo é feito para burlar a Vigilância.



Presente de Grego

Margot Schmidt
Paraná

Uma cidade do interior do estado queria abrir um serviço de oncologia. Assim, acabou ganhando uma antiga bomba de Cobalto-60, que havia sido desativado de conceituado serviço de câncer de outro estado. Montou-se toda a estrutura física na certeza de que se e se colocaria em funcionamento o equipamento, iria salvar muitas vidas. Deparamos com um equipamento obsoleto e não recomendado. Ainda, a fonte encontrava-se fria, isto é, com atividade inferior à recomendada para tratamento de câncer. Resultado: a Vigilância Sanitária Estadual, apesar do risco salientado, ficou apenas com o rótulo de intransigente, embora o interesse único de proteger a saúde de uma população carente e desinformada. Tempo depois, o serviço teve novos administradores, adequou-se e hoje é considerado de alta qualidade.





Refletindo sobre os desafios da descentralização em VISA

Lilyan Cristina Rocha Michaloski
São Paulo

Como profissional da Vigilância Sanitária há alguns anos, costumo dizer que a área ao longo de décadas recentes tem sido espaço de relevantes conquistas, a despeito de conflitos e dificuldades. Observo que o processo de municipalização da Vigilância Sanitária (VISA) não acompanhou o ritmo e a intensidade geral do processo assistencial.

Como gestora de VISA regional que abrange 30 municípios do interior do estado de São Paulo, ao elaborarmos uma avaliação situacional sanitária dos municípios da nossa região, relacionada à municipalização das ações de VISA, com ênfase no desenvolvimento desse processo no município e seus determinantes políticos, técnicos e administrativos, estimulando a integração das VISAs municipais e o pensar coletivo na busca de soluções de problemas comuns, evidenciamos que na visão dos gestores municipais a área é permeada por vários conflitos e dificuldades.

Verificamos o comprometimento do desenvolvimento das ações de Vigilância Sanitária diante da figura da “ingerência política” de prefeitos, vices e vereadores, que priorizam interesses individuais do setor regulado em detrimento das normas sanitárias, que dizem “aqui você vai, aqui você não vai”. Outro aspecto

destacado foi a posição secundária atribuída às Vigilâncias na estrutura e nas prioridades da saúde municipal, explicitando por que o processo de municipalização de suas ações não transcorreu na mesma velocidade e profundidade das ações assistenciais “e um setor que fica escondidinho lá no posto de saúde”.

Constataram-se equipes de Vigilância Sanitária desmotivadas, com baixa qualificação, rotatividade dos componentes da equipe, cingidas pelo estigma do setor, como área de trabalho permeada por relações conflituosas, “demora muito tempo para adquirir o conhecimento de VISA”.

Demonstrou-se, também, que os gestores municipais da área não detêm o controle dos recursos financeiros disponibilizados para Vigilância Sanitária, recursos provenientes das pactuações e termos de ajuste de metas. “Dinheiro eu sei que tem, mas não sei quanto”.

Igualmente, revelou-se o desconhecimento da população acerca do trabalho da VISA, o que impede que a mesma se torne uma aliada da equipe, vendo-a como parceira e não apenas o aspecto fiscalizador do setor; “60% das reclamações da população não têm nada haver com o trabalho da VISA, são brigas de vizinhos”.

Assim, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a integralidade como princípio basilar do SUS e o fortalecimento das ações de VISA, com comprometimento dos agentes políticos e gestores municipais, buscando-se efetiva proteção à saúde da população.

Saudades das aulas de ciências

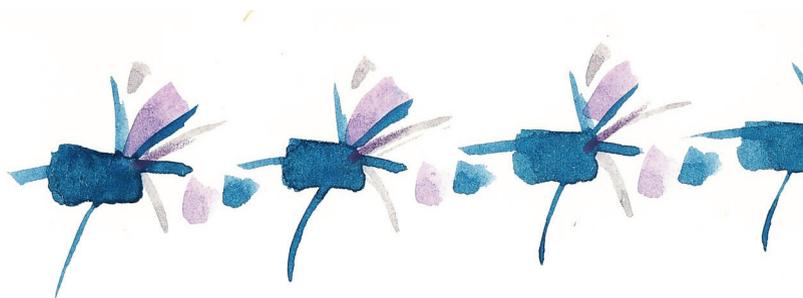
Maria Alice de Almeida
Minas Gerais

Inspeção de rotina em cozinha industrial. O restaurante localiza-se num parque empresarial e atende diariamente a uma clientela fixa de funcionários destas empresas.

O proprietário normalmente acata as exigências da VISA e matem um bom relacionamento. Mas tem o problema da rotatividade do responsável técnico pelo estabelecimento... A cada inspeção anual encontra-se um novo profissional. Os inspecionados muitas vezes ficam tensos e mantêm uma atitude defensiva durante a inspeção. Foi assim que a nutricionista, novata na empresa, nos recebeu.

Algumas irregularidades foram identificadas, principalmente na falta de controle das temperaturas de armazenamento de alimentos que exigem uma condição especial. Os fiscais se dirigiram para o salão do restaurante onde fica o banho-maria e é mantida a refeição pronta para o atendimento, no estilo de auto-serviço. Quando perguntada sobre a temperatura da água do banho-maria para manutenção segura das refeições prontas para serem servidas, a nutricionista, talvez para agradar o fiscal respondeu: - "120 graus".

O fiscal, não acreditando no que tinha ouvido, retruca em tom zombeteiro: - mas essa sua água não evapora, não?



Se tiver problemas com a chuva também chame a VISA



Após o horário de trabalho, algumas vezes saímos para jogar conversa fora. Nesse dia, foi após uma inspeção conjunta com o colega da Vigilância Sanitária estadual, este contou-nos um caso antigo ocorrido na Vigilância Sanitária.

Na década de 80, logo pela manhã, receberam um telefonema.

– “Moço, é da Vigilância Sanitária?”

– “É, sim. Posso ajudá-la?”

– “Veja bem, aqui onde moro está chovendo cocô!”

– “Minha senhora, não estamos aqui para brincadeiras. A senhora passando trote no serviço público! Veja que esta repartição é séria.”

– “Moço, se você não acredita, venha conferir pessoalmente!”

– “A senhora sabe que trote dá cadeia? Que pode arrumar encrenca com a Polícia...”

Eduardo Bezerra Espínola
São Paulo

– “Se o senhor não quiser atender esta denúncia, eu vou falar no jornal, rádio, televisão ou mesmo com o prefeito... Não só foi em casa. Isto aconteceu também com boa parte da vizinhança.”

– “Tá bem, diga o endereço que nós iremos investigar.”

Ainda com desconfiança, mas atendendo ao apelo emocionado da reclamante, imediatamente cancelou-se uma inspeção de rotina, sendo destinada uma equipe para investigar o caso. Chegando lá, notou-se que se tratava realmente de algo parecido, com efeito, a uma chuva de fezes humanas em cerca de todo o quarteirão. Seria brincadeira de algum vizinho? Mas como iria atingir dezenas de casas? Foi enviado ofício à empresa que fiscaliza aeronaves do estado, questionando sobre o destino das descargas dos aviões que transitavam naquele trecho, sendo respondido que os dejetos oriundos dos sanitários de aviões não eram descartados no “ar” e sim destinados adequadamente.... Caso raríssimo e curioso... até hoje inexplicado. Alguém tem um palpite?

Sistema Abre Fácil

Magno Antonio Baldim
São Paulo

A embalagem é o principal veículo de comunicação do produto. A melhor solução é combinar a funcionalidade com um visual atraente, porque é isso que decide na hora da compra.

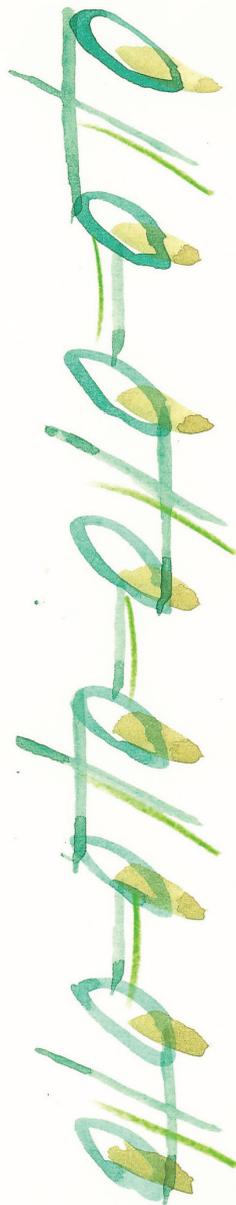
Foi pensando nessa funcionalidade que as grandes empresas brasileiras produtoras de alimentos enlatados investiram milhões para facilitar a vida dos clientes. Assim, buscaram uma tecnologia para abertura de latas, já existente na Europa, e a implantaram aqui no Brasil.

Uma empresa que comercializa pescados, como sardinhas e atuns, foi uma das primeiras a utilizarem essa nova tecnologia, talvez para “vender o peixe”.

Com o sistema “abre-fácil”, o abridor de latas tornou-se peça extinta na cozinha. Conforme o consumidor puxa a lingueta para cima, a tampa da embalagem se abre.

Entre algumas vantagens estão o mínimo esforço e o risco quase nulo de acidente.

Quase nulo? Que nada! Por incrível que pareça, ainda tem pessoas que conseguem se acidentarem com uma coisa tão elementar. Ou são pessoas aproveitadoras, que querem tirar vantagem da situação?



Foi por causa de um desses acidentes, para engrossar mais ainda a lista de reclamações, que compareceu à sede da Vigilância Sanitária uma senhora, aparentemente bem instruída, empunhando uma lata, se não me engano, de ervilha.

Essa senhora fez o maior escândalo, dizendo que teríamos que fornecer um laudo para que a mesma pudesse, em poder desse documento, entrar na justiça (e ganhar um dinheiro extra na moleza...).

A todo o momento dizia que na embalagem não tinha instruções de uso, por isso se cortou, embora muitas possuam desenhos indicando a maneira de abrir.

Por fim, foi preciso dizer “na lata” que não forneceríamos nenhum laudo de deficiência de instruções da embalagem, porque não era da nossa competência fornecer tal documento.

Instruímos a simpática senhora para que se dirigisse ao PROCON, para tentar resolver o seu grande problema.

Não me lembro o seu nome, mas seria muito legal se fosse: Jurema.

Porcos, paixões, mocinhas e vilões

Júlio Rodrigues Garcia
Minas Gerais

Era uma manhã de quarta-feira e o departamento de Vigilância Sanitária do município de Unai recebia e atendia o público, como de costume, com suas cobranças, reclamações, queixas e petições. Nada além do habitual para um dia singular da semana. Entretanto, um senhor, já com seus 50 ou mais anos de vida, pele abatida pelo sol, olhar firme e com palavras convincentes, relatou ao departamento o problema que enfrentava: uma senhora, também com alguns anos de experiência de vida, criava porcos perto de sua residência e tal pocilga exalava nos arredores da vizinhança mau cheiro insuportável.

Bom! Até aqui nada de equivocado ou pitoresco, tratava-se de mais um caso de criação de animais no perímetro urbano, de negligência ao código de posturas e sanitário do município, que seria resolvido com a visita e notificação ao proprietário, procedimento este padrão da fiscalização.

Mas, no dia seguinte, não foi exatamente um procedimento padrão que ocorrera: a dona do criadouro já parecia aguardar a visita da fiscalização. Ela estava ali, na porta, sentada, com vassoura em mãos, embora não executasse limpeza alguma no chão naquele momento.





Foi então abordada pelos fiscais, eram dois e houve a tentativa de esclarecer-lhe da impossibilidade de criação dos animais dentro da cidade. Mera tentativa! Antes mesmo de ser finalizada a fala do fiscal, ela já veio com seus argumentos de que seus porcos só faziam bem à população, por ajudarem a diminuir o lixo que seria destinado aos lixões e córregos – provavelmente ela se referia à “lavagem” que era coletada como alimentos aos bichos – e que suas fezes poderiam servir de adubo para plantas que, por sua vez, incentivaria ao cultivo de hortas domésticas. Parecia até brincadeira, mas ela estava convicta dos vários benefícios que, segundo ela, seus porcos traziam à sociedade, demonstrando até certo nível culto em sua oratória.

Sem perder a compostura e seriedade, como é característica deste fiscal que descrevo, ele começou a explicar para aquela senhora os malefícios que uma pocilga pode trazer à comunidade, o ambiente insalubre que favorece a proliferação de uma flora de fungos e bactérias, o mau cheiro que atrai e infesta de mosquitos, de parasitas que podem existir nas fezes, etc. Foi aí que a conversa pegou outro rumo, a velha senhora de antes, de vocabulário sofisticado e argumentos rígidos, deu lugar a uma velha ranzinza e rabugenta, não hesitou em pegar o tamanco e atirá-lo bem na cabeça do nobre fiscal sanitário. O pior de tudo é que ela nem se importou pelo fato dele usar óculos! O outro fiscal conhecido e temido na cidade por ser enérgico e determinista ao extremo, daquele tipo “fiscal à moda antiga”, na hora parecia um mudo assustado.

Mais surpreendente ainda foi que, durante o pequeno alvoroço, aquele senhor que denunciara a criação clandestina à Vigilância apareceu e foi logo intervindo na situação e defendendo a senhora “indefesa”. E foi assim: os dois idosos desacatando a classe dos fiscais, dizendo que “fiscal não presta e que deveriam deixar de existir”. A fim de evitar mais transtornos, os fiscais se retiraram do local.

Alguns dias depois, com uma investigação simples, foi possível saber que aquele senhor havia contado para a senhora infratora sobre a visita que a fiscalização faria no dia seguinte. Ele foi convocado a dar explicações para o departamento, onde confessou ter revelado a denúncia e, é lógico, ouviu um famoso “sapo” por parte dos integrantes da Vigilância. Contudo, mesmo depois de elucidado o caso, ainda persistem dúvidas: por que motivo o simpático velhinho fez esse papelão e se revoltou contra a Vigilância? Seria um plano para servir como protesto? Por que ele se uniu à velhinha?

Cogita-se a hipótese de que o velho é apaixonado pela vizinha dos porcos e que o fato lhe serviria de pretexto para usar de seus dotes de herói e salvar a mocinha dos vilões – os fiscais. Pena que esse suposto herói fracassou, pois continua vivendo sozinho e sem fama e a humilde senhora também continua vivendo sozinha, sem namorado e sem seus porquinhos.

Um dia na pequena cidade

Jane Nogueira Spadim
São Paulo

Como agente de saneamento, temos muitas histórias, boas e ruins.

Quero contar esse fato que muito me marcou.

Pela primeira vez orgulhei-me e com muita alegria percebi que existem profissionais na área da saúde (médicos) com a consciência da importância da Vigilância Sanitária na prevenção de doenças.

Na época do antigo ERSA, quando ainda os municípios de nossa região não realizavam inspeções na área de vigilância sanitária, a Vigilância Sanitária Estadual realizava muitas viagens para a nossa região.

Viajávamos toda semana para uma cidade diferente para fazermos inspeções nas farmácias, açougues, consultórios, supermercados, salões de beleza, entre outros.



Em uma dessas viagens, estivemos em uma pequena cidade com um pouco mais de mil habitantes.

Chegando lá, imediatamente fomos chamados pelo médico chefe do Centro de Saúde, dizendo que precisava MUITO de nossa ajuda.

Naquela semana, durante as suas consultas como médico pediatra, ele havia constatado que várias crianças apresentaram quadro de intoxicação alimentar com sintomas de diarreia, vômitos, etc.

Resolveram, então, fazer vários questionamentos às mães das crianças para tentar descobrir a origem do problema.

A SURPRESA foi quando perceberam que todas haviam comprado o leite no mesmo lugar; isso mesmo, o LEITE !!!!

Foi aí que o médico nos pediu, por favor, para que fôssemos até o estabelecimento verificar o que estava acontecendo.

Bem, ele nos avisou que teria um pequeno PROBLEMINHA, o mercadinho suspeito era do irmão do PREFEITO!!!!

Não seria tão fácil assim.

Infeliz ou felizmente, confirmamos que realmente o

problema estava relacionado com as latas de LEITE EM PÓ que estavam todas VENCIDAS.

Não tivemos dúvidas, fizemos todos os procedimentos exigidos pela legislação, orientação, interdição e até Auto de Infração.

O proprietário do estabelecimento tentou nos intimidar de todas as maneiras, com frases do tipo “toda essa tempestade só por causa de umas latinhas vencidas”, “você não perdem por esperar - muita gente vai rolar”.

Naquela época isso ACONTECIA muito!

Tivemos sérios problemas, até de ordem judicial, para provar que tínhamos razão.

Porém, só depois de muito SUFOCO, o diretor do ERSa, um médico sanitário, conseguiu resolver a nossa situação.

Esse meu relato tem a finalidade de mostrar como o médico daquela pequena cidade considerou de tamanha importância a chegada ali da Vigilância Sanitária, demonstrando a importância de estarmos sempre esclarecendo e conscientizando a população e os profissionais da saúde do papel da Vigilância Sanitária no controle dos riscos sanitários e na prevenção das doenças da população.

MORAL DA HISTÓRIA: PARA A SAÚDE MELHOR DA POPULAÇÃO, É PRECISO QUE A VIGILÂNCIA ATUE PARA MINIMIZAR OS RISCOS, SEMPRE TRABALHANDO PARA CONSCIENTIZAR O SEU IMPORTANTE PAPEL JUNTO À SOCIEDADE”.





O galo do vizinho

Magno Antonio Baldim
São Paulo

“Um galo não tece uma manhã sozinho, ele precisa de outros galos”. Este foi um tema de redação de minha época de vestibular.

Alguém saberia dizer por que os galos cantam sempre no início da manhã, tecendo essa rede?

Pois é, navegando na internet descobri várias explicações. Uma delas diz que isso vem da época de Jesus; outra diz que é porque ele se considera o dono do pedaço e quer se mostrar para o seu harém de galinhas; outra é porque ele tem a missão de acordar as pessoas para um novo dia de trabalho, e assim vai...

Os jovens da cidade detestam galos. A principal reclamação é que não os deixam dormir. Eu, particularmente, também detesto, porque ele é o símbolo do Atlético Mineiro e eu sou cruzeirense, o principal rival.

Bom, e o que tem o bípede empenado do vizinho, citado no título, a ver com esses devaneios? Eu diria que tudo. Até agora, estava apenas fazendo uma introdução ou “cozinhando o galo”. Na Vigilância Sanitária, a gente trabalha muito, se desdobra, mas o dia-a-dia é muito divertido. O que mais me fascina é que não há rotina. Todos os dias deparamos com situações e pessoas diferentes.

Veja só:

Debruçado no balcão da recepção, lá estava um cirurgião-dentista com olhar crítico, rosto ruborizado e zangado. As olheiras, apesar da idade estampada em seus cabelos brancos, estavam bastante salientes, caracterizando sinais de que as horas de sono não teriam sido suficientes para o descanso do corpo. Estava a preencher um formulário de reclamação para depois protocolizá-lo e aguardar pacientemente o dia em que finalmente um fiscal fosse à sua residência. O “pacientemente” é em razão de que o volume de processos de reclamação na VISA é uma coisa fora do normal. As pessoas reclamam de tudo, principalmente do vizinho.

E foi exatamente por causa do vizinho que o nosso doutor foi nos procurar. Ao lado de sua casa, alguém resolveu criar algumas galinhas e... um galo! Até aí, tudo bem, se o nosso penoso não estivesse com o relógio biológico desregulado. Consta no formulário protocolizado por nosso amigo que o bicho perdera a noção das horas e começava a fazer cocoricó logo depois da meia-noite, estendendo-se madrugada afora. Daí as olheiras, a irritação. Durma-se com um barulho desses! Já pensou quantas vezes ele pensou em torcer o pescoço do bicho?

– “Vocês precisam dar um jeito naquele galo, pois não estou

conseguindo dormir. O pior é que quando ele começa, os outros vão na onda, é terrível.”

Não sei ao certo o desfecho da história, mas acho que quando um fiscal apareceu por lá o vizinho já tinha literalmente cozinhado o galo, porque muitas outras pessoas reclamaram do mesmo problema. Uma pena!

Quanto ao nosso amigo, encerrou as atividades, está “dormindo com as galinhas” e acordando cedinho e bem disposto, apesar dos seus oitenta e poucos anos.



Cidade deserta

José Juliano Espínola
Minas Gerais

Como de costume, eu e a equipe da Vigilância Sanitária da GRS – Unaí saímos para fazermos inspeção num Hospital Municipal. Por ser muito distante e as estradas de acesso sem pavimentação, saímos bem cedo para chegarmos lá a tempo de iniciarmos a inspeção no período da tarde.

Quando chegamos à cidade, deparamos com uma situação um pouco estranha, muito movimentada. Dirigimos à Secretaria Municipal de Saúde para nos apresentar e combinar o horário de inícios dos trabalhos, uma vez que a equipe do município iria participar da ação.

Bom, como saco vazio não para em pé, perguntei onde era o restaurante mais próximo onde poderíamos almoçar, sendo-nos indicado o restaurante do posto de gasolina que fica na esquina do hospital. Dirigimo-nos pra lá e ao chegarmos vimos que estava fechado e que os demais comércios ao redor também. Procuramos outro lugar, mas nada. Voltamos para a Secretaria de Saúde e relatamos o fato à secretária. Ela prontificou imediatamente a nos acompanhar, após verificar que todos os estabelecimentos (açougues, mercearias, restaurantes, entre outros) estavam fechados, sem entender o que estava acontecendo. E convidou-nos para almoçar em sua residência.

Após o almoço, iniciamos a inspeção. Preenchemos os roteiros de inspeção, verificamos fluxos e processos. No final da tarde, cansados, interrompemos os trabalhos e dirigimo-nos ao hotel. Mais uma vez percebemos que o comércio continuava fechado. Preocupados com a situação, procuramos novamente a Secretária de Saúde e questionamos se já tinha informação do que estava acontecendo, ao que ela nos respondeu: – “Os comerciantes souberam que os fiscais estão na cidade e fecharam o comércio com medo da fiscalização de vocês”. Sem compreender a situação e com fome, nem conseguimos dormir direito pensando na visão que a população tem da Vigilância Sanitária, bem como na responsabilidade que temos em mudar esse cenário.

No dia seguinte, a cidade permanecia deserta e os funcionários do hospital começaram a ficar inquietos, pois não tinham carne, pães, verduras, etc. para prepararem as refeições. Assim, nos perguntaram qual o horário em que iríamos embora. Percebemos, assim, que o maior problema para a população daquele município era a Vigilância Sanitária.



Empregado bem mandado

Marina Freitas Vilaça
Minas Gerais

Foi num lugar não muito distante, numa daquelas paisagens das belas Minas Gerais, na entrada do sertão.

Após receber uma solicitação de vistoria, de pasta a tiracolo coloquei o pé na estrada.

Fui recebida pelo seu José. Apresentei-me. Disse do meu papel a ser cumprido ali e pedi a gentileza de um acompanhante. Assim seu José pediu que eu aguardasse e saiu porta afora.

Seu José, sendo um homem de afazeres comuns, trabalhador, simpático, dedicado, como um bom mineiro, sem demora já estava de volta. Timidamente, com certa gagueira, começou a falar:

– “Sa...sabe, a gerente sa..saiu e vai demorar...Eu...eu te acompanho”.

Fiz toda a inspeção sob o olhar de seu José. Nesse momento, ele encontrava-se à vontade, satisfeito, orgulhoso da minha

companhia, até que solicitei a documentação do estabelecimento. Quando voltou, disse que não tinha encontrado nenhum documento e, ansioso, pediu que eu voltasse depois.

Expliquei que esses dados devem permanecer no estabelecimento e que eu necessitava deles.

Convidei-o para me acompanhar até o escritório para certificar-me da situação.

Seu José avermelhou-se, piscou, tremeu, emudeceu, tossiu, gaguejou:

– “Ma...ma...mais....”

Eu disse rapidamente:

– “Vamos lá seu José???”

Seu José seguiu-me respeitoso.



No escritório deparamos com a gerente posta em sua cadeira. Cumprimentei-a.

Respondeu constrangida:

– “Estou acidentada, quebrei o pé, só posso trabalhar sentada...”, etc. e tal.

Tudo foi resolvido, conversado e o clima ficava descontraído.

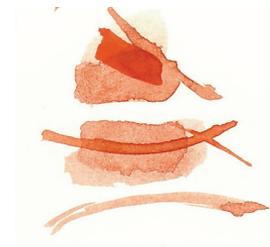
E exatamente nesse ambiente que acontece o improvável. A gerente se levantou, acompanhou-nos, ofereceu frutas, sucos e doces...

Agradei. Seu José gentilmente acompanhou-me até a saída a dizer-me:

– “Sabe como é, eu sou empregado, sou mandado...”

E eu respondi:

– O dia está lindo, seu José! Tenha um bom dia!!!





Para inglês ver

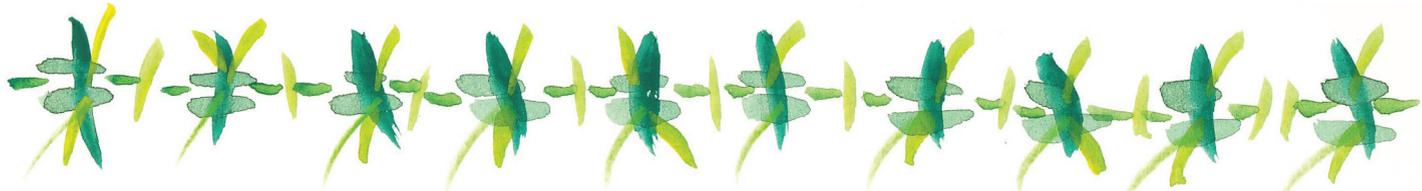
Simone César Cecílio de Abreu
Minas Gerais

Em um departamento da VISA municipal de MG, entrou uma solicitação para inspeção em um consultório odontológico. Fomos ao referido estabelecimento que, por sinal, apresentava inúmeras irregularidades. Uma delas era a inexistência de pia exclusiva para higienização das mãos. O doutor nos explicou que precisava urgentemente do alvará sanitário para fechar um convênio. Já conhecíamos esse indivíduo de longas datas (inspeções anteriores) e sua fama era de quem dava nó em pingo d'água. Depois de concluído e entregue o relatório de inspeção, o doutor voltou à VISA solicitando retorno. Ficamos admirados porque, além de afirmar ter cumprido as determinações contidas no relatório, as fez em tempo recorde. Mas como diz São Tomé, "ver para crer", partimos para o estabelecimento. Para nosso espanto e satisfação, ele realmente cumprira alguns itens, inclusive a colocação da pia para higienização das mãos. Eu digo espanto porque durante muitos anos, na área de inspeção, reconheço que algumas pessoas não mudam o modo de pensar e agir, mudam no máximo a infraestrutura física do serviço. Durante a inspeção, após tocar em alguns equipamentos, pedi licença para lavar as minhas mãos e... sabe qual foi a minha surpresa????? A água da pia despencou nos meus pés!!!!!!!!!!

– “O que é isto?!!!!!!”- exclamei assustada.

O doutor respondeu prontamente:

– “Você pediu para colocar A PIA!!!!!!!!!!”



ISBN : 978-85-60914-04-3



Realização



UFMG

Apoio

